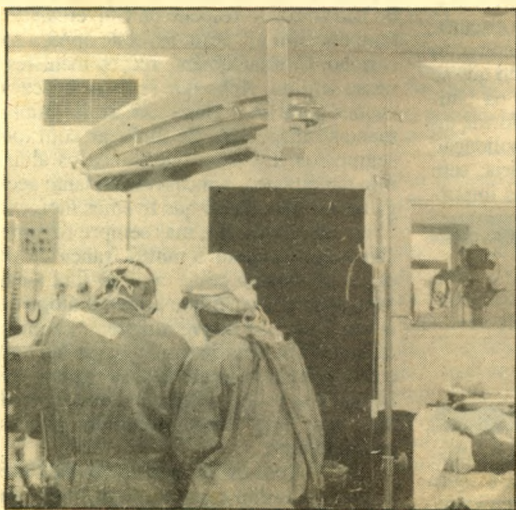
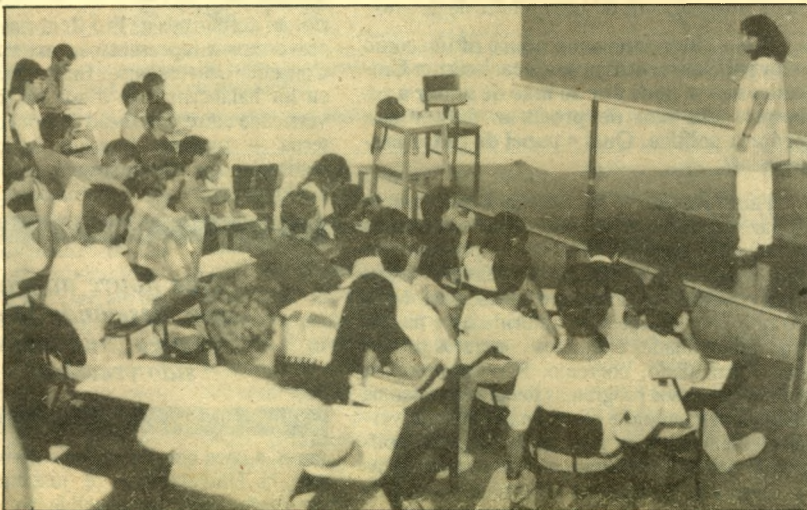
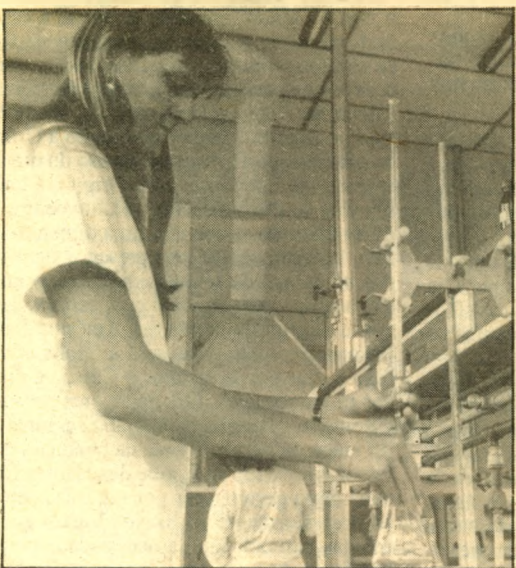
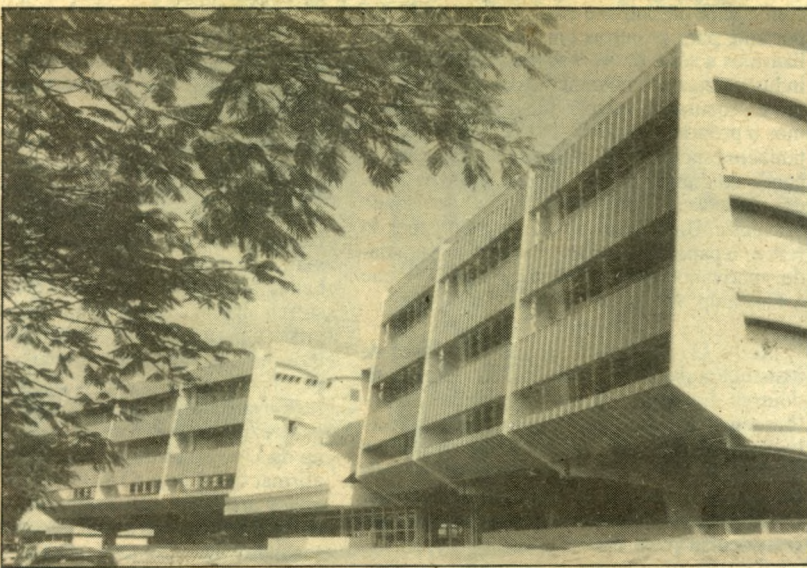
JORNAL DA Unicamp
Campinas Março de 1990 Ano IV nº 41

Os anos Paulo Renato

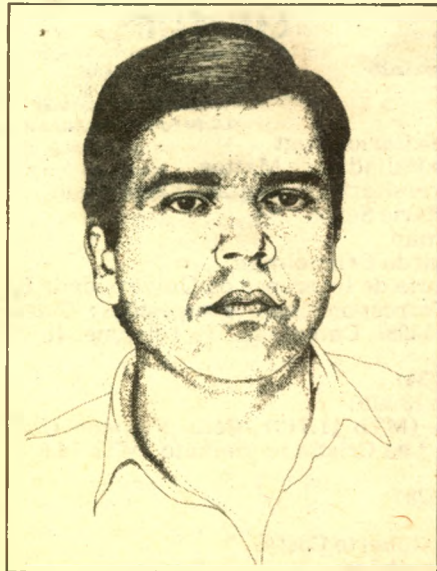
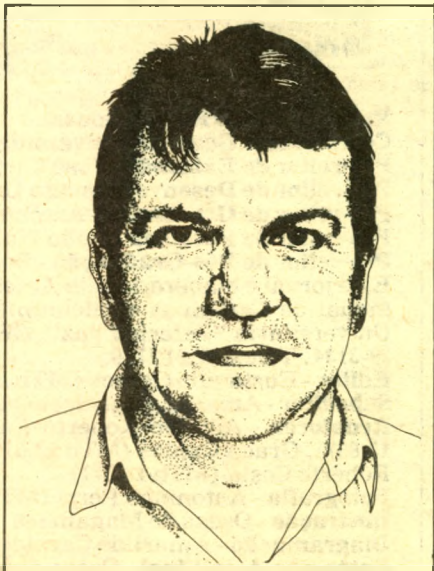
A um mês de sua saída da Reitoria, Paulo Renato conta como foi a experiência de dirigir os destinos de uma comunidade produtiva, politizada e inquieta. ***Página 2.***

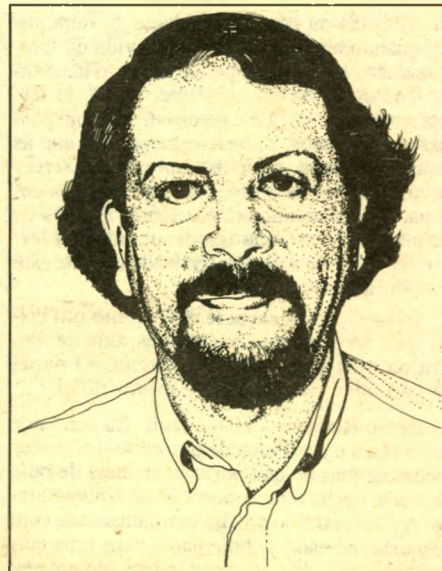
A Unicamp que o novo reitor recebe em abril

Na saúde, referência regional.

Graduação recebeu vários laboratórios de ensino.

Para a pesquisa, US$ 120 milhões.

A nova Biblioteca Central, principal obra do quatriênio.

Dezenove unidades de ensino e pesquisa, dezenas de outros órgãos de apoio técnico, 13 mil alunos, 2.400 professores, cerca de 6 mil funcionários administrativos, 4 mil outros na área da Saúde, mais de 3.300 pesquisas em andamento. Sua área física construída, que era de 258 mil m2 em 1986, chega hoje aos 380 mil m2. Foram investidos, nos últimos quatro anos, mais de 120 milhões de dólares em reequipamento de laboratórios de pesquisa. Nesse mesmo período, a Universidade foi institucionalizada, conquistou autonomia financeira e definiu uma política salarial própria. Seu orçamento, desde então, nunca esteve abaixo dos 100 milhões de dólares anuais.

É essa a herança que o reitor Paulo Renato deixa a seu sucessor, a partir de 19 de abril próximo. Esta edição, numa tentativa de fazer um balanço aproximado do período 1986-90, é também uma espécie de prestação de contas à comunidade universitária e à população em geral.

Candidatos expõem suas idéias

Esta edição dedica um encarte especial aos quatro reitoráveis que se inscreveram para o processo de consulta interna que se realizará, em dois turnos, entre 27 de março e 4 de abril próximos. Para saber o que pensam os candidatos, o **Jornal da Unicamp** encaminhou a eles oito questões de natureza técnica, acadêmica e administrativa. As respostas refletem a visão da gestão universitária que cada um pretende imprimir à sua administração, se eleito. **Páginas 7, 8, 9 e 10.**

Antônio Celso Arruda

Carlos Vogt

Hermano Tavares

Waldir A. Rodrigues

Entrevista: Paulo Renato Souza

'Saio com a sensação do dever cumprido'

Em 19 de abril próximo o reitor Paulo Renato Souza transfere solenemente o cargo a seu sucessor. Nesta entrevista, ele faz um balanço dos quatro anos em que esteve à frente da Unicamp e fala de seus planos para o futuro.

Jornal da Unicamp — Após quatro anos de trabalho à frente da Reitoria da Unicamp, qual a sensação de passar o cargo, daqui a um mês, a seu sucessor?

Paulo Renato — Eu encerro minha gestão com uma satisfação pessoal muito grande, porque me parece que todos os objetivos a que me propus ao colocar meu nome à disposição da comunidade universitária, há quatro anos foram atingidos plenamente e, em muitos casos, até com sobras. Em muitos casos até pudemos fazer coisas que nem tínhamos inicialmente colocado como metas a ser alcançadas. Portanto, a minha avaliação é positiva e saio realmente com a sensação de haver cumprido bem a minha tarefa. Essa é a minha avaliação pessoal. Por outro lado, saio também com a sensação de ter enfrentado um dos desafios mais sérios que alguém pode pretender enfrentar ao longo da vida. De fato, dirigir uma Universidade como a Unicamp é algo muito complexo; fui secretário da Educação de São Paulo, que é também uma função muito difícil, espinhosa e pesada — visto o tamanho daquela Secretaria, que compreende mais de cinco milhões de alunos e mais de 250 mil funcionários. Minha avaliação ao final da gestão na Unicamp é que em alguns aspectos é mais difícil ser reitor da Unicamp que ser secretário da Educação, é uma tarefa que exige uma atenção permanente e uma constante preocupação com uma multiplicidade de detalhes, de tarefas que, no caso da Secretaria, não ocorria.

> ***"O Reitor da Unicamp tem de influir na definição da política de C&T"***

JU — Muita gente pensa que a função de um reitor se aproxima muito, por exemplo, de um diretor de escola, ou daqueles que têm a função acadêmica de trabalhar currículos etc. Estamos aí às vésperas de uma eleição e então o perfil de um reitor interessa a muita gente. Como é ser reitor? Uma espécie de gerente? Um acadêmico em ação?

Paulo Renato — É uma tarefa diferente de qualquer outra tarefa na vida pública. Ela envolve um trabalho acadêmico, sem dúvida, uma sensibilidade para o trabalho acadêmico, como envolve também um grande sentido de administração. Enfrentei problemas administrativos extremamente complexos que certamente passaram despercebidos, como por exemplo os da área hospitalar. Dirigir um hospital implica preocupar-se com quase tudo, com problemas funcionais, corporativos, de falta de medicamentos, com uma caldeira que estoura e até, às vezes, com problemas de contaminação. E tudo isso acaba caindo na mesa do reitor. Há um terceiro aspecto, que é a representação externa da Universidade. Isto é muito importante, o reitor não pode ser uma pessoa acanhada, tem que ter um certo trânsito na sociedade, tem de ser capaz de sentar com desenvoltura perante um ministro, de pegar o telefone e ligar para um ministro ou para o presidente da República, quando alguma coisa afeta a vida da Universidade. E, finalmente, ser reitor é também ser diretor de escola no sentido usual do termo, no sentido de que é preciso tratar com professores e alunos, é preciso fazer com que as aulas funcionem, é preciso um pouco exercer a autoridade e, por outro lado, ser extremamente paciente e democrático, escutar a todos os segmentos e não tentar impor suas idéias a ferro e fogo. E isso acabei aprendendo durante esse período todo.

JU — O sr. se caracterizou como um reitor que, ao contrário dos demais, saiu de maleta na mão para buscar recursos. O papel de captador de recursos é muito difícil?

Paulo Renato — Não é fácil. Eu acho que não é tanto o problema de que eu saia a buscar recursos, mas de que por trás da idéia de buscar recursos há uma concepção de Universidade. A Universidade precisa estar atualizada com pesquisa, e pesquisa hoje não é mais uma coisa individual, do pesquisador fechado em seu laboratório, é preciso mudar de uma vez essa idéia. Não que essa idéia deva ser banida. Sempre devemos ter pesquisadores individuais atrás da sua bancada que devem ser apoiados nas suas idéias mas a pesquisa feita hoje nos países desenvolvidos é uma pesquisa de grandes recursos, de grandes projetos, de grandes programas interligados. Isso o pesquisador sozinho não faz. Por isto saí atrás de investimentos mais pesados que os costumeiros e felizmente tivemos sorte. Contudo, as condições nem sempre foram favoráveis. Todos se lembram de que em 1988 tivemos problemas até mesmo no relacionamento com o governo do Estado, situação que depois melhorou sensivelmente. A nível do governo federal, onde os recursos sempre foram escassos, tivemos uma situação de crise do começo ao fim. Portanto, eu considero um grande êxito que a Unicamp tenha conseguido captar recursos no volume que conseguiu, ou seja, 120 milhões de dólares executados e mais 30 já contratados para o próximo reitor executar — portanto, um programa de 150 milhões de dólares.

JU — Num panorama pouco nítido como o da política científica e educacional, a Unicamp não se pode dar ao luxo de andar a reboque. Ela tem de procurar definir sua própria política. Qual o papel do reitor nesse caso?

Paulo Renato — O reitor da Unicamp tem de fazer aquilo que de certa forma as próprias instituições esperam dele, isto é, procurar influir em todas as instâncias de definição da política científica, tecnológica e educacional. Mais do que isso: oferecer às autoridades e às outras universidades exemplos concretos de trabalho articulado, coerente. Por exemplo: ao definir os nossos programas integrados estamos dando um exemplo e oferecendo para o governo elementos importantes de definição da política global; ao realizarmos as feiras tecnológicas — tanto a de Tecnologia Industrial como a de Tecnologia para Serviços da Comunidade — nós estávamos procurando vínculos concretos com o setor produtivo e dando um exemplo importante para as outras universidades; ao realizarmos a série de *workshops* setoriais com a indústria estamos novamente dando um exemplo e procurando novos vínculos; ao realizarmos o próprio seminário "Brasil Século XXI" também estávamos de alguma maneira participando do grande debate nacional sobre as grandes tendências de evolução da sociedade brasileira. Então eu acho que esse é o papel do reitor, o papel de estar junto com a universidade, motivando e mobilizando. Fazer com que a Unicamp esteja presente na vida do país.

JU — O senhor consolidou o processo de institucionalização, investiu 120 milhões de dólares, foi peça central na conquista da autonomia universitária, construiu 220 mil metros quadrados de obras civis, inclusive instalando várias unidades novas de pesquisas, como o Centro de Biologia Molecular, O CPQBA etc. Acha que ficou faltando alguma coisa para fazer?

Paulo Renato — Bom, eu queria em primeiro lugar aproveitar essa questão para colocar um ponto que me parece importante. Eu tenho ouvido de muitas pessoas a observação de que a minha gestão teve êxito no que concerne ao relacionamento externo da Universidade, na promoção externa da Universidade, mas que no campo interno a operosidade não teria sido tão grande. Penso que se está cometendo aqui uma injustiça que eu quero desde já rechaçar. Nós nos dedicamos sim à questão externa, especialmente visando estreitar os laços da Unicamp com a sociedade e a buscar recursos para a Universidade, e esses dois pontos de antemão já têm um desdobramento interno importante, que são o fomento à atividade de ensino, de pesquisa e os próprios investimentos realizados como conseqüência. Então os números do desempenho interno da Universidade são extremamente eloqüentes, o número de alunos aumentou em mais de 35% nesses quatro anos, nós criamos 30 cursos novos especialmente na área de pós-graduação, e apesar da expansão da área física em 100% em relação ao período anterior o número de funcionários cresceu só 20%; implantamos a reforma administrativa e informatizamos completamente a Universidade, construímos prédios que não aparecem porque são prédios de infra-estrutura como os do Almoxarifado, da Gráfica, do Centro de Manutenção de Equipamentos, mas que são fundamentais para o funcionamento da Universidade; existe hoje uma transparência absoluta na questão de materiais e de armazenamento que não havia antes em razão da própria falta de infra-estrutura; hoje temos o sistema de material, o sistema contábil, o orçamentário e o sistema de pessoal informatizados, quando não tínhamos nada disso antes — não tínhamos nada informatizado na Universidade, que era uma vergonha; nós descentralizamos o pessoal, realocamos mais de 300 pessoas dos órgãos centrais para as unidades e consolidamos o processo de institucionalização, não sem algum ônus político inicial importante como quando ao instalarmos o Conselho Universitário, ao definirmos as Pró-Reitorias, ao circunscrevermos a representação externa dentro do Conselho Universitário. Enfim, eu acho que se eu for balancear hoje o que foi feito na Universidade entre promoção externa e reforma interna — medidas internas de consolidação institucional e administrativa — eu diria, sem medo de errar, que a minha obra mais importante, a obra que ficará mais permanente dentro da Universidade, é justamente a obra interna, a obra de consolidação institucional, de reforma administrativa e de modernização da Universidade.

Paulo Renato: "Houve um equilíbrio entre o desempenho interno e o externo."

> ***"Não houve ninguém que, desejando falar comigo, não tenha sido recebido"***

JU — Com tudo isso, como é que o senhor posicionaria hoje a Unicamp no cenário nacional? O senhor acha que a deixa numa boa posição?

Paulo Renato — Estou certo que sim. Eu acho que a Unicamp nesses últimos quatro anos se firmou realmente no cenário nacional como a, eu diria, primeira Universidade brasileira. Isto não é obra apenas desses quatro anos, obviamente é um trabalho de 20 anos. É um trabalho que começou com Zeferino mas que sofreu algumas interrupções com as sucessivas crises a partir de 1981, e que agora nós acabamos de consolidar e me parece que de uma forma já permanente. O papel da Unicamp que não será arranhado nos próximos anos, portanto me parece que do ponto de vista da imagem externa da Universidade eu não tenho dúvidas em afirmar que é hoje a Universidade brasileira de maior prestígio; não é a maior, mas nas áreas em que não somos a melhor estamos logo em segundo lugar. Contudo, posso garantir que somos considerados hoje a melhor Universidade brasileira do ponto de vista do ensino de graduação, da pós-graduação e da pesquisa também.

JU — Como é que o senhor qualifica suas relações com a comunidade nestes quatro anos? O senhor entrou com uma margem de aceitação bastante boa e dá a impressão de sair com essa margem ampliada.

Paulo Renato — Minha maior satisfação reside aí, mas eu não pretendi isso. Houve um político latino-americano que dizia que a gente deve iniciar uma gestão com popularidade e terminar respeitado. Minha meta sempre foi essa, procurei ser popular e tomar medidas populares mas, por circunstâncias que nem mesmo eu sei avaliar quais foram, acabei contando não só com o respeito da Universidade como também com um certo nível de apreço e até de carinho. Constantemente recebo manifestações nesse sentido. Acho que se fosse buscar explicações para isso, elas estariam na minha permanente disposição de dialogar com todos os segmentos. Eu acho que nunca os alunos foram tão ouvidos, nunca tiveram tanto acesso ao gabinete. Reconheço que tivemos momentos difíceis, de tensão até, mas sempre foi uma relação muito honesta e muito franca de parte a parte. A mesma coisa com os funcionários e professores. Penso que houve diálogo permanente e que não houve ninguém, nenhum professor da Universidade que viesse falar comigo e não tenha sido recebido para expor o seu problema, e se esse problema era do âmbito do reitor, que não fosse recebido pelo reitor pessoalmente.

JU — Após deixar a Reitoria da Unicamp, o que o cidadão e economista Paulo Renato pensa fazer daqui para a frente?

Paulo Renato — A Unicamp é minha casa e isso eu tenho muito presente. É a casa por onde eu posso sair para algumas atividades, para algumas missões, digamos assim, como já ocorreu no passado em relação à Secretaria da Educação. Mas eu sinto que são sempre missões passageiras, acabo retornando à Unicamp. Recebi um convite muito honroso do diretor do Instituto de Economia para dirigir o Centro de Estudos de Desenvolvimento, um centro interno ao Instituto, e que terá uma dimensão reduzida, mas certamente uma presença significativa não só dentro da Universidade como no relacionamento internacional com centros de estudos e desenvolvimento na América-Latina e Europa. Portanto, essa será a minha atividade básica, que é a de instalar o Centro e dirigi-lo nos próximos anos. Imediatamente após deixar a Reitoria, quer dizer, já no dia seguinte, estarei viajando para a França na condição de professor convidado da École des Hautes Études, onde devo permanecer por um mês, retornando posteriormente ao Brasil. Vários amigos e colegas têm colocado a necessidade ou a conveniência de que, nesse momento importante do país, em que temos a mudança de governo, uma importância crescente do parlamento, temos a discussão da nova lei de Diretrizes e Bases, que eu venha a postular uma cadeira na Câmara Federal. Mas trata-se ainda de projetos e eu até deixar a Reitoria não tomarei nenhuma decisão final a esse respeito. Seja como for, minha vida continuará centrada basicamente na Unicamp e no trabalho acadêmico e de pesquisa. (E.G.)

Jornal da Unicamp

GOVERNO DE SÃO PAULO

FOTOLITOS E IMPRESSÃO
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S.A. IMESP
Rua da Mooca, 1921 - Fone: 291 3344
Vendas, ramais: 257 e 325
Telex: 011 34557 - DOSP
Caixa Postal: 8231 - São Paulo
C.G.C. (M.F.) N.º 48.066.047/0001-84

Reitor — Paulo Renato Souza
Coordenador Geral da Universidade - Carlos Vogt
Pró-reitor de Extensão - José Carlos Valladão de Mattos
Pró-reitor de Desenvolvimento Universitário - Ubiratan D'Ambrósio
Pró-reitor de Graduação - Antônio Mario Sette
Pró-reitor de Pesquisa - Hélio Waldman
Pró-reitor de Pós-Graduação - Bernardo Beiguelman
Este jornal é elaborado pela Assessoria de Imprensa da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Correspondência e sugestões: Cidade Universitária "Zeferino Vaz", CEP 13081, Campinas-SP. Telefone (0192) 39-3134. Telex (019) 1150.
Editor - Eustáquio Gomes (MTb 10.734)
Subeditor - Amarildo Carnicel (MTb 15.519)
Redatores - Antônio Roberto Fava (MTb 11.713), Célia Piglione (MTb 13.837), Graça Caldas (MTb 12.918), Léa Cristiane Violante (MTb 14.617), Roberto Costa (MTb 13.571).
Fotografia - Antoninho Perri (MTb 828)
Ilustração - Oséas de Magalhães
Diagramação - Amarildo Carnicel e Roberto Costa
Paste-up e Arte-Final - Oséas de Magalhães
Serviços Técnicos - Sônia Regina T.T. Pais e Clara Eli Salinas.

A pesquisa define-se e ganha corpo

O reitor envolveu-se pessoalmente na captação de grandes somas de recursos.

Quando elaborou seu programa de trabalho, ainda na condição de candidato a reitor da Unicamp, Paulo Renato incluiu a formulação de uma nova política de pesquisas entre as prioridades de sua administração. Passaram-se quatro anos e os números revelam que ao longo desse período as atividades de pesquisa ganharam corpo e contribuíram para situar a Universidade entre as mais dinâmicas instituições de ensino superior do País. São 3.296 pesquisas em andamento, 592 livros publicados, 8.690 textos, compreendendo artigos para revistas especializadas do Brasil e do exterior, além de monografias, capítulos e artigos de divulgação científica. O conhecimento gerado na Universidade também foi repassado à comunidade científica e à externa através de 1.100 cursos de extensão, 1.700 eventos realizados e 10.379 participações de seus docentes em congressos e seminários realizados no País e fora dele.

A despeito da escassez de recursos das agências financiadoras e das oscilações da política nacional de Ciência e Tecnologia, a Reitoria não mediu esforços no sentido de obter financiamentos diversos em agências de fomento à pesquisa — boa parte internacional — com o respaldo do governo do Estado. Destacam-se os recursos obtidos junto à República Democrática Alemã, à Hungria, à Espanha, ao Barklays Bank de Londres, à Japan International Cooperative Agency (Jica) e ao Eximbank dos Estados Unidos. Entretanto, também no plano nacional importantes recursos

PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA UNICAMP NO PERÍODO 1986-90*

Unidades	Pesquisas	Livros	Textos*	Cursos de Extensão	Eventos realizados	Participação em eventos
Biologia	50 (452)**	4	705	12	25	1207
Economia	59 (19)	38	310	2	- -	480
Geociências	74 (105)	18	294	32	16	216
Educação	204 (119)	84	154	112	53	886
Química	73 (52)	5	386	55	5	995
Engenharia Agrícola	108 (106)	4	139	10	20	228
Engenharia de Alimentos	202 (157)	10	202	8	117	- -
Matemática	20 (40)	24	478	39	313	- -
Ciências Humanas	80 (70)	146	339	101	72	489
Engenharia Civil	174 (53)	8	100	10	9	165
Artes	199 (106)	16	150	71	420	384
Física	245 (404)	- -	1.005	80	80	1.020
Engenharia Mecânica	199 (131)	11	662	43	28	70
Odontologia	120 (33)	4	301	3	8	745
Medicina	468 (530)	49	930	104	227	1.434
Linguagem	207 (222)	100	881	2	54	301
Engenharia Elétrica	262 (291)	16	693	90	33	258
Educação Física	89 (64)	14	140	122	14	186
Engenharia Química	100 (35)	1	161	2	1	208
Núcleos e Centros	320 (162)	40	522	202	153	1.010
CPQBA	24 (24)	- -	23	- -	17	48
Cepetro	19 (19)	- -	55	- -	35	49
TOTAL	3.296 (3.194)	592	8.690	1.100	1.700	10.379

* Informações compiladas a partir de relatórios fornecidos pelas Unidades. As lacunas correspondem a itens não fornecidos. O item "Textos" compreende, além da produção de artigos para revistas especializadas nacionais e estrangeiras, a produção de monografias, capítulos de livros e artigos de divulgação científica.

** O primeiro número se refere às pesquisas iniciadas no período; o número entre parênteses, às pesquisas em andamento no final do período.

foram levantados, destacando-se os financiamentos obtidos junto ao BNDES, Badesp, Finep, Finame e Proinfo — todos destinados, de um modo geral, a reequipar laboratórios. Esses financiamentos representam um investimento global, ao longo do período, de cerca de US$ 120 milhões. Pouco mais de um terço desse total, ou seja, US$ 28 milhões foram obtidos recentemente junto ao Eximbank. O contrato foi assinado dia 19 de dezembro na sede do banco em Washington e constitui-se no maior investimento feito em pesquisa por uma universidade brasileira desde os anos 70.

Paulo Renato envolveu-se pessoalmente no trabalho de captação desses recursos, restaurando assim a política de grandes programas de investimentos — típicos dos anos 70 — em contraponto à trabalhosa "política de balcão" para projetos individuais, geralmente feita pelo próprio pesquisador em detrimento de seu trabalho científico. Esses investimentos permitiram o início de um programa de reequipamento de laboratórios sem precedentes no meio universitário brasileiro. Foi possível a elaboração de um programa de informatização que inclui, além de 1.500 microcomputadores, a aquisição de um computador vetorial de grande porte, a compra de um importante centro de pesquisas em biotecnologia — o CPQBA — além da construção e instalação de vários outros órgãos como o Centro de Biologia Molecular e Engenharia Genética, o Centro de Estudos do Petróleo e o Centro de Diagnóstico de Doenças do Aparelho Digestivo *(ver matéria abaixo)*

Programas Integrados

A implantação de programas integrados nas áreas de biotecnologia, informática, química fina, energia e novos materiais, definidos no início de 1987, viabilizou a realização de projetos de grande alcance nas áreas tecnológicas. Esses programas procuram agregar e articular todas as linhas de investigação situadas nas áreas críticas para o desenvolvimento tecnológico do País. Cada programa compreende várias áreas de pesquisa, das quais significativa parte pode ser considerada de ponta.

Dos cinco programas, o de biotecnologia e o de informática são os que estão em fase de implementação mais adiantada. "Partimos da estaca zero nesse campo da ciência moderna", diz Paulo Renato. "Hoje estamos na condição de centro emergente entre os três melhores do País no setor". Segundo o reitor há expectativa de que ocorra o mesmo com a química fina, com a pesquisa energética e com os novos materiais, como já se deu com a informática. Até 1986 o parque computacional da Universidade compunha-se de dois computadores VAX e cerca de 200 microcomputadores, a maioria de 8 bits. Com a criação do Plano Diretor de Informática (PDI), foi possível reordenar a política interna da Unicamp e transformar a realidade computacional do campus. Além dos VAX, a Universidade conta hoje com um supercomputador dotado de uma unidade de processamento setorial capaz de reduzir o tempo de cálculo em até dez vezes, evitando ainda que pesquisadores tenham que se dirigir para o exterior para complementar suas pesquisas. **(A.C.)**

CPQBA marcou o início do reaparelhamento

Compra do centro foi importante para o programa de biotecnologia.

O CPQBA, comprado por US$ 3 milhões em 1986.

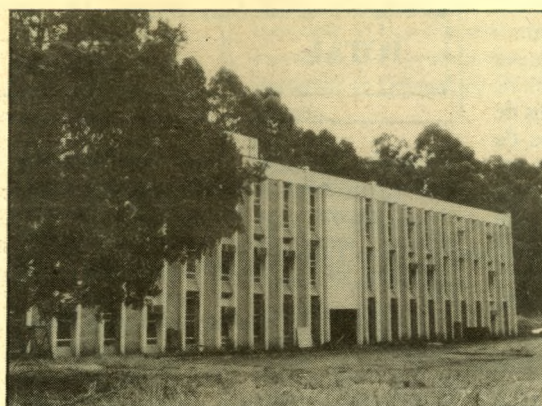
Aqui, futuras pesquisas com o DNA recombinante.

A Unicamp iniciou em meados de 1986 a implantação de novos programas de pesquisa, entre eles o de biotecnologia, setor que o Brasil precisa reduzir sua dependência tecnológica. A adoção dessa política visa a maior integração de recursos e esforços para viabilizar projetos de grande alcance. Com cerca de 3.300 pesquisas em andamento — 2/3 nas quais na área de tecnologia — a Unicamp responde, sozinha, por cerca de 15% das investigações científicas universitárias desenvolvidas no País, em diferentes áreas.

Dos programas em desenvolvimento, o de biotecnologia é o que se encontra em estágio mais avançado. No final de 1986 a Unicamp adquiriu das Indústrias Monsanto, um importante laboratório que resultou na criação do Centro Pluridisciplinar de Pesquisas Químicas, Biológicas e Agrícolas (CPQBA). Foi um investimento da ordem de US$ 3 milhões que, na verdade, marcou o início do processo de reaparelhamento da base física de pesquisa na Unicamp.

Construído em área de 7.700m2, o CPQBA desenvolve pesquisas em agrotecnologia, fitoquímica, química sintética, ensaios biológicos, microbiologia e tecnologia de processos. O Centro dispõe ainda de equipamentos e recursos humanos para a realização de investigações científicas ao lado de diferentes unidades da Universidade, como a Faculdade de Engenharia de Alimentos (FEA), Instituto de Biologia (IB), Departamento de Química da Faculdade de Engenharia de Campinas (FEC) e a Faculdade de Ciências Médicas.

Equipamentos

Os equipamentos do CPQBA, avaliados hoje em US$ 6 milhões, encontram-se à disposição de cerca de 200 professores, na maioria doutores, envolvidos nos trabalhos de pesquisa da unidade. O CPQBA abriga laboratório para desenvolvimento de metodologias analíticas de resíduos de pesticidas e controle de qualidade de produtos e processos, e laboratórios para a obtenção de produtos microbianos com aplicação na área farmacêutica, agrícola e industrial.

Entre os projetos centrais desenvolvidos pelos pesquisadores do CPQBA, está o de controle de qualidade do setor farmacêutico, o desenvolvimento de um antimalárico de grande resistência a partir da artemísia e o uso de lecitina de soja associada a defensivos agrícolas. No contexto ou não desses projetos, o CPQBA tem firmado um crescente número de convênios com empresas e organismos políticos como o Instituto Agronômico de Campinas (IAC), a Fundação Oswaldo Cruz (RJ) e até uma instituição internacional, o Instituto de Matéria Médica de Xangai, da China Continental.

Biologia Molecular

O novo Centro de Biologia Molecular e Engenharia Genética (CBMEG) é outro importante capítulo do Programa de Biotecnologia da Universidade. O desenvolvimento e a independência tecnológica de um país estão diretamente relacionados com sua capacidade de dominar os conhecimentos da biotecnologia moderna. Com base nesse pensamento, o novo centro tem como objetivo inicial formar uma geração de pesquisadores aptos a lidar com as novas técnicas no setor.

Numa segunda fase o centro deverá voltar-se para a investigação dos processos biológicos ao nível da molécula DNA, visando a dominar as técnicas de experimentação possíveis no campo do DNA recombinante. Atualmente com sete pesquisadores, essa unidade promove intercâmbios de informações com outros países mais avançados na área, através de professores visitantes que estiveram na Unicamp, vindos de Israel (Hebrew University), Cuba (Centro de Ingeniaria Genética Y Biotecnologia de Havana) e México (Centro de Investigación sobre Fijación de Nitrogenio).

Cepetro

O convênio entre a Unicampo e a Petrobrás que resultou na criação do Centro de Estudos do Petróleo (Cepetro) foi um dos importantes avanços no Programa de Engenharia na Universidade. Implantado em março de 1987, o Cepetro desenvolve pesquisas no campo da engenharia de petróleo, parte de um programa de alto padrão científico, visando à formação de especialistas na área. Único no País, o Cepetro concentra-se em quatro áreas fundamentais: reservatórios, perfuração, produção e completação. Ao longo de seus dois anos de atividades, o centro já realizou 19 pesquisas no âmbito dessas quatro áreas, relacionadas com as teses de mestrado em desenvolvimento.

Centro de Tecnologia

Criado para oferecer apoio técnico e de pesquisa às unidades tecnológicas da Unicamp e atuar na prestação de serviços ao setor produtivo em geral, o Centro de Tecnologia (CT) ampliou, nos últimos quatro anos, seu leque de atendimento. Nesse período, cerca de 6.600 empresas recorreram aos ensaios de materiais metrológicos e colorimétricos do CT. Além destes, foram desenvolvidos no centro vários projetos de construção e otimização de ferramentas e equipamentos, alguns de expressivo alcance social, como a cadeira odontológica simplificada e uma guia eletrostática para neurocirurgia.

Centro de Lógica

Para dar suporte não só aos seus novos programas de pesquisa de ponta, mas a todas as unidades da Instituição, a Unicamp ampliou para 600m2 de área física o Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência (CLE), o que permitiu a instalação de sua biblioteca e do arquivo de documentação em História da Ciência, como também a implantação de salas de seminários e de professores visitantes. Nos últimos quatro anos, o CLE dedicou-se de modo especial à edição de suas publicações, destacando-se o *The Journal of Non-Classical Logic* (6 números), a revista *Manuscrito* (8 números), os *Cadernos de História e Filosofia da Ciência* (8 números) e a *Coleção CLE* (4 números).

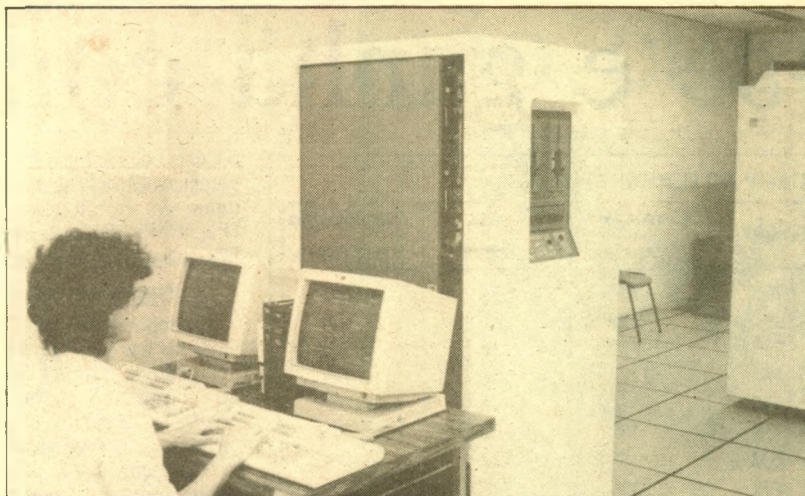
No campo do ensino o CLE assessora administrativamente os cursos de "História da Ciência" e "Fundamentos Filosóficos da Psicologia e da Psicanálise". A dimensão internacional alcançada pelo Centro de Lógica da Unicamp pode ser medida pela relevância de convênios de cooperação científica que assinou recentemente com instituições como a Universidade de Lisboa e a Universidade Complutense de Madri, entre outros.

Estudos Sindicais

Preocupada com as questões emergentes do sindicalismo e do movimento trabalhista, a Unicamp instalou no ano passado no Instituto de Economia (IE), um Centro de Estudos Sindicais no Trabalho (Cesit). Integrado por pesquisadores das áreas de economia, história, sociologia e direito do trabalho, o Cesit atua nos seguintes setores: relações de trabalho e sindicalismo, economia do trabalho, novas tecnologias e relações do trabalho, políticas sociais e movimentos sindicais. A partir desses tópicos, o Cesit vem desenvolvendo estudos e pesquisas sobre as tendências recentes do sindicalismo nacional e internacional.

Pesquisa interdisciplinar

Interessada no avanço das pesquisas em todas as áreas, mesmo naquelas que fogem aos limites tradicionais definidos pelos departamentos, a Unicamp promoveu no período de 1986 a 1989 a integração formal de todos os seus centros e núcleos interdisciplinares, existentes desde 1982. O objetivo dessas unidades é desenvolver pesquisas sem, no entanto, duplicá-las. Os centros e núcleos têm conseguido somar esforços de pesquisadores de diferentes áreas sobre temáticas comuns, voltadas em geral para o atendimento de demandas sociais imediatas.

Os núcleos e centros servem de campo experimental para o desenvolvimento de projetos que a seguir reafirmarão programas departamentais. É o caso, por exemplo, do Núcleo de Energia, que aglutinou os esforços para a criação do Programa Interdisciplinar de Planejamento de Sistemas Energéticos agora sediado na Faculdade de Engenharia Mecânica. E foi também a colaboração do Núcleo de Estudos de População que permitiu ao doutorado de Ciências Sociais abrigar uma área de concentração em estudos populacionais. São ao todo 22 o número de núcleos e centros atualmente em atividade na Unicamp. **(L.C.V.)**

A informatização, um dos itens fortes do programa.

Com o reequipamento, pesquisa deverá dar novo salto.

Investimentos chegam a US$150 mi

Desses recursos, mais de 60% se destinam ao reequipamento de laboratórios.

Desde o período do milagre econômico, na década de 70, que uma instituição de ensino superior brasileira não investia de forma tão maciça em pesquisa. Mais de US$ 150 milhões foram obtidos para o reequipamento de laboratórios e diferentes programas, na Unicamp, nos últimos quatro anos. A cifra reflete o esforço extra-orçamentário que permitiu à instituição, no período, continuar se destacando como uma universidade de primeira linha. Os recursos, inclusive, foram conseguidos em época certa. Um diagnóstico realizado pelas unidades acadêmicas a partir de 1986 demonstrou que a maioria dos laboratórios estava depreciada tecnicamente em uma década ou mais. Caso a situação não fosse revertida, os trabalhos científicos entrariam em descompasso histórico e sairiam dos parâmetros da compatibilidade internacional.

Desses recursos, US$ 119,3 milhões foram efetivamente investidos, restando outros US$ 32 milhões, já contratados, para serem investidos nos próximos anos. As fontes de obtenção foram tanto nacionais quanto internacionais e as modalidades de operação envolveram financiamentos de longo e médio prazos, bancos oficiais e comerciais, agências governamentais, convênios e doações. Na distribuição dos recursos, 39% foram destinados a obras e reformas e 61% para a aquisição de equipamentos laboratoriais e computacionais.

Detalhamento dos Investimentos realizados no período: 1986-1989

Valores em US$ mil de 1989

Especificação	US$ MIL	%
Construções	46,717	39,2
Obras de grande porte	33,895	28,4
Obras de pequeno e médio porte	11,314	9,5
Reformas	1,508	1,3
Outros Investimentos	72,538	60,8
Equipamentos e aparelhos de laboratórios	30,306	25,4
Equipamentos e aparelhos computacionais	24,981	20,9
Material bibliográfico	10,637	8,9
Equipamentos e aparelhos de escritórios	2,926	2,5
Imóveis	2,574	2,2
Veículos	1,114	0,9
TOTAL	119,255	100

Informatização

O programa de reequipamento na Universidade começou com a informatização, tanto para as unidades de ensino e pesquisa quanto para a área administrativa. No início de 1986 os recursos computacionais na Unicamp consistiam de dois computadores VAX e aproximadamente 200 microcomputadores, em sua maioria do tipo I-7000, com oito bits de memória. Com a elaboração do Programa Integrado de Informática, a Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, (BNDES), destinou à Unicamp US$ 4,8 milhões, possibilitando que o parque de micros fosse multiplicado e modernizado, tendo hoje cerca de 1.500 terminais de computador, inclusive de 16 bits.

Mantendo-se atualizada no setor de informática, a Unicamp dispõe atualmente de um equipamento CDC Cyber 830 e do míni-supercomputador IBM 3090-150, com processador vetorial capaz de executar até 64 milhões de operações de ponto flutuante. Adquirido por US$ 1,5 milhão, com financiamento Banespa, o equipamento viabiliza aos pesquisadores o acesso a soluções técnicas antes só obtidas fora do País. A nível administrativo, por exemplo, a informática foi introduzida nos setores de compras e de controle de materiais, agilizando o atendimento às diversas unidades do campus.

O marco do processo de reaparelhamento da base física de pesquisa da instituição ocorreu em 1986, quando a Unicamp adquiriu os laboratórios das Indústrias Monsanto, em Paulínia, e criou o Centro Pluridisciplinar de Pesquisas Químicas, Biológicas e Agrícolas (CPQBA). O investimento inicial de US$ 3 milhões para a compra foi obtido junto à Secretaria de Planejamento do Estado de São Paulo, e outros US$ 6 milhões para o reequipamento. Como resultado dos trabalhos científicos desenvolvidos no centro, obteve-se o primeiro antiinflamatório brasileiro, hoje produzido pela Aché Laboratórios Farmacêuticos S/A.

A distribuição de recursos

Junto ao ciclo de investimentos para recuperar a capacidade de pesquisas, mais de uma centena de convênios de cooperação científica e tecnológica foi estabelecida com organismos estrangeiros. Os financiamentos, somados, atingem US$ 87,3 milhões entre nacionais e internacionais, dos quais US$ 75,2 milhões já contratados. O restante encontra-se em fase de negociação. Para o reequipamento laboratorial, organismos internacionais destinaram US$ 49,2 milhões. Nesse valor incluem-se US$ 2,4 milhões que propiciaram, através de um protocolo franco-brasileiro, o reequipamento da área hospitalar.

Operações de crédito junto ao governo da República Democrática Alemã (RDA) foram destinadas à importação de equipamentos para laboratórios de diversos cursos das áreas tecnológicas e biológicas, no valor de US$ 6,3 milhões. Outros US$ 3,6 milhões da mesma RDA foram obtidos para o Laboratório de Eletrônica e Dispositivos (LED) e à Faculdade de Engenharia Mecânica. Com a chegada dos equipamentos, prevista para o decorrer do ano, esse será o laboratório mais bem equipado da América Latina. Foi no LED que se desenvolveu, pioneiramente no País, o processo completo de construção do circuito integrado (chip) brasileiro.

Projeto Eximbank

O maior e mais abrangente dos programas de financiamento realizados a partir de 1986 prevê a importação, até o final de 1991, de equipamentos norte-americanos no valor de US$ 24,2 milhões obtidos junto ao Eximbank norte-americano. Essa é a maior soma que o banco já destinou a uma instituição de ensino superior brasileira. Com esses recursos e mais US$ 4 milhões do governo brasileiro, serão reequipados os laboratórios de pesquisa voltados para o desenvolvimento de programas integrados nas áreas de biologia, informática, química fina, energia e novos materiais.

Pelo projeto Eximbank serão importados mais de 900 ítens de 101 fornecedores norte-americanos, como resultado de um ano de negociações. Outro contrato assinado junto ao Eximbank, no valor de US$ 3,5 milhões, possibilitou a compra para o Hospital das Clínicas (HC) de equipamentos como um sistema de ultra-sonografia e ecocardiografia setorial, o simulador de radioterapia, medidor de radiação, sistema de artroscopia e, entre outros aparelhos sofisticados, o ecocardiógrafo. **(C.P.)**

Campus cresce 114% desde 1986

Entre as obras civis mais importantes, a BC e a Faculdade de Engenharia Mecânica.

O prestígio científico alcançado pela Unicamp ao longo de sua existência tem sido acompanhado não apenas de investimentos em laboratórios ou do crescimento operacional das unidades, mas também da expansão da área física do campus. A instituição, que no final dos anos 70 esbarrou numa séria crise econômica, ocasionando uma estagnação em seu trabalho, recuperou a credibilidade já a partir da administração passada, quando foi duplicada a área física para atender às demandas interna e externa. Entre 1986 e o início deste ano, no entanto, o número de edificações realizadas foi ainda superior, acrescendo em 221 mil metros quadrados a área construída, exigindo investimentos da ordem de US$ 20 milhões. Algumas construções demandaram inclusive o emprego de alta tecnologia e de especificações técnicas segundo padrões internacionais, como foi o caso da Biblioteca Central.

O órgão gerenciador das obras na Universidade, que funciona como uma construtora de médio porte, é o Escritório Técnico de Construções (Estec). Os dados registrados nesse órgão evidenciam claramente a evolução da área física do campus, que ganhou impulso no início da década de 80. Naquela época a área construída era de aproximadamente 121 mil metros quadrados. Na gestão anterior, entre 1982 e 1986, foram acrescidos 137 mil metros quadrados na parte física da Unicamp, o que significa um aumento de 114% na área construída.

No período de 1986 até o início deste ano, houve um aumento de 221.892 metros quadrados na área construída, incluindo-se as novas obras e as 990 reformas que também transformaram espaços até então ociosos em área ativa. O diretor do Estec, João Carlos Lopes da Silva, afirma que esses dados são bastante significativos, pois representam uma taxa média de crescimento de aproximadamente 38.500 metros quadrados por ano. "É a continuidade do crescimento da Unicamp", avalia João Carlos. Com isso, o reitor Paulo Renato Souza entrega para seu sucessor, em abril, uma intituição que apresenta 382.500 metros quadrados de área construída nos campi de Campinas, Limeira e Piracicaba.

As principais obras

Complexas e de diferentes estilos arquitetônicos, as novas construções que exigiram maior empenho dos mais de 900 operários e doze engenheiros, além de onze outros profissionais do Estec, foram a Biblioteca Central (BC), a Faculdade de Engenharia Mecânica (FEM), o Hemocentro, o Centro Cirúrgico, a Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital das Clínicas (HC) e a unidade de tomografia computadorizada, também do HC, conforme relaciona o diretor. A Biblioteca Central é considerada a mais moderna no contexto das instituições universitárias do País. Instalada num edifício de 12 mil metros quadrados de área coberta, em cinco pavimentos, a BC foi inaugurada em julho de 1989. É o terceiro maior prédio do campus, que ostenta o título de principal obra civil construída no período. Este atributo não é para menos. A biblioteca tem permitido a expansão do acervo bibliográfico da Universidade e, por suas características de centro cultural aglutinador, tornou-se uma espécie de coração do campus. Além de abrigar alguns dos importantes acervos da Universidade, como o do historiador Sérgio Buarque de Holanda, nela encontra-se o Centro de Documentação de Música Contemporânea (CDMC) que abrigará 3.500 peças de compositores internacionais de renome.

A obra de maior porte construída no período, com 15.220 metros quadrados, é o prédio da Faculdade de Engenharia Mecânica (FEM) inaugurada em novembro último. No vasto conjunto de dez blocos modulados estão os oito departamentos da faculdade. Até então a engenharia mecânica era um departamento da Faculdade de Engenharia de Campinas (FEC), que foi extinta e desmembrada em Faculdade de Engenharia Química e Faculdade de Engenharia Mecânica. A construção desse prédio é o típico exemplo de como um novo espaço permite a modernização de laboratórios, a melhoria do ensino e da pesquisa. A execução da obra exigiu tecnologia avançada devido às características das linhas de pesquisa desenvolvidas na FEM — como de freios ferroviários, num laboratório de 250 metros quadrados.

O complexo hospitalar

No rol das maiores edificações, a conclusão do Hospital das Clínicas (HC), com 14.700 metros quadrados de obras novas, situa-se em segundo lugar. Entre os serviços realizados destacam-se as áreas internas destinadas aos setores de farmácia, manutenção, apoio diagnóstico e também de radiologia, totalizando 6.385 metros quadrados. Também compreendem o complexo as obras efetuadas para abrigar o Centro Cirúrgico — estão acoplados por exemplo doze equipamentos de monitoração transoperatória — bem como para a Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e o almoxarifado do HC, que correspondem 26.740 metros quadrados.

Para abrigar o Hemocentro da Unicamp, órgão responsável pelos serviços de hematologia e hemoterapia do hospital, assim como pelo controle sorológico da macrorregião de Campinas, o Estec construiu um prédio de 3.056 metros quadrados. No Centro de Assistência Integral à Saúde da Mulher (Caism) também foram executadas obras, para a ampliação da ala de internações, hoje com 1.370 metros quadrados. No período também foi construído o Centro Integrado de Pesquisas Onco-Hematológicas na Infância (Cipoi), numa área de 1.400 metros quadrados.

Os operários do Estec ainda foram os responsáveis pela construção do edifício de 1.620 metros quadrados que abrigará o Gastrocentro — que será o mais avançado centro brasileiros de diagnóstico de doenças do aparelho digestivo. Localizado próximo ao HC,neste prédio de três andares serão instalados modernos equipamentos, como endoscópios com vídeo e ultra-som. A construção do prédio foi a contrapartida da Universidade no convênio assinado com a Japan International Cooperative Agency (Jica), órgão financiador do Ministério das Relações Exteriores do Japão, que destinou US$ 3,3 milhões para a compra dos sofisticados equipamentos. Quando entrar em atividade, o Gastrocentro atenderá a uma população estimada em quatro milhões de pessoas.

De escolares a esportistas

Entre outras obras realizadas a partir de 1986, estão aquelas que se destinam a atender diretamente as necessidades da comunidade interna da Unicamp. Um exemplo são dois edifícios, compreendendo 6.390 metros quadrados, construídos para a população pré-escolar de filhos de funcionários. Um deles, com 2.800 metros quadrados, destinado ao Programa de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente (Prodecad). O outro prédio é para a pré-escola e possui 3.500 metros quadrados.

Coube ao Estec também a construção do pavilhão de quadras cobertas da Faculdade de Educação Física (FEF), compreendendo 2.300 metros quadrados. Entre um serviço e outro, os funcionários do órgão trabalham nas mais diversificadas unidades do campus. Como no Ambulatório Médico Odontológico, no Centro de Biologia Molecular, na ampliação do Instituto de Química, na construção do Amoxarifado do Central e na nova gráfica da Universidade. Foram ainda os responsáveis pela construção de blocos modulados para algumas das unidades vinculadas à reitoria, dos galpões para a Faculdade de Engenharia Civil e das novas instalações do Centro de Comunicação. **(C.P.)**

Engenharia Mecânica, a obra física de maior porte.

OBRAS CIVIS EXECUTADAS NO PERÍODO 1986-1990

Unidade	Obras em m²
Instituto de Artes	732
Instituto de Biologia	3.538
Instituto de Economia	4.515
Instituto de Estudos da Linguagem	2.200
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas	770
Instituto de Física "Gleb Wataghin"	1.800
Instituto de Geociências	100
Instituto de Matemática, Estat. e Ciência da Computação	100
Instituto de Química	4.645
Faculdade de Ciências Médicas	6.698
Faculdade de Educação	732
Faculdade de Educação Física	4.777
Faculdade de Engenharia Agrícola	2.105
Faculdade de Engenharia de Alimentos	1.700
Faculdade de Engenharia Elétrica	2.235
Faculdade de Engenharia Civil	4.915
Faculdade de Engenharia Mecânica	15.220
Faculdade de Engenharia Química	2.612
Faculdade de Odontologia de Piracicaba	1.371
Reitoria	2.640
Prefeitura	2.695
Hospital de Clínicas	14.700
Centro de Assistência Integral à Saúde da Mulher	2.775
Centro de Manutenção de Equipamentos	1.080
Diretoria Geral da Administração	3.180
Ginásio Multidisciplinar	80
Biblioteca Central	12.000
Prodecad / Profic	2.890
Centro de Convivência Infantil	3.828
Centro de Biologia Molecular	1.620
Centro de Estudos de Línguas	732
Centro de Comunicação	1.216
Centro de Tecnologia	732
Total	**110.993**
Reformas em áreas laboratoriais	25.089
Reformas em áreas administrativas	85.810
Total Geral	**221.892**

A conquista da institucionalidade

Aos 21 anos, a Unicamp elabora e consolida suas próprias leis.

Durante mais de duas décadas a Unicamp funcionou com um Estatuto improvisado, costurado com base no da Universidade de São Paulo. Isso até atingir a sua maioridade, o que afinal aconteceu no dia 31 de março de 1987, com a instalação do Conselho Universitário (Consu). Desde sua criação, em 1966, até hoje, apenas quatro reitores passaram pela Universidade. Seu fundador e reitor *pro tempore*, prof. Zeferino Vaz, ficou no cargo durante 12 anos e imprimiu à instituição um jeito próprio de administrar. Mesmo aqueles que o criticavam reconheciam que o rápido prestígio alcançado pela Unicamp a nível nacional e internacional devia-se, em muito, ao desempenho de Zeferino.

Com a abertura democrática do País no início dos anos 80, a Unicamp, que já exercia intramuros o privilégio dos debates acadêmicos, quando em outras instituições ainda vigorava uma espécie de lei do silêncio, a comunidade começou a discutir, embora timidamente, sua institucionalização. Foram necessárias, porém, na Unicamp, três gestões (Plínio Alves de Moraes — 1978/1982), José Aristodemo Pinotti — 1982/1986) e Paulo Renato Souza — 1986/1990) para que a institucionalização se efetivasse. Esse processo, embora demorado, nasceu do confronto de idéias que foram amplamente debatidas no campus universitário no decorrer de vários anos e que contou com a participação efetiva da comunidade Universitária. Foi portanto num clima de normalidade democrática que o processo chegou a um termo.

Com a institucionalização veio a descentralização do poder, que implica responsabilidades mútuas entre alunos, professores e funcionários. Os meses turbulentos vividos pela Unicamp no final de 1981 dificilmente se repetirão. Consolidadas as regras de convivência democrática na Universidade por intermédio de seu Estatuto — que poderá ou não sofrer alterações no futuro — o reitor Paulo Renato Souza deixa para seu sucessor uma instituição plena onde os direitos e as obrigações podem conviver harmoniosamente.

Nova Fase

Criado pelo Decreto nº 26.797, de 20 de fevereiro de 1987, o Conselho Universitário da Unicamp (Consu), demarcou o início de uma nova fase para a vida da instituição. A própria composição do Consu — órgão máximo de deliberação da política acadêmica, científica, cultural e de prestação de serviços à comunidade —, ampliada de 41 membros no antigo Conselho Diretor para 62 membros, reflete os novos caminhos a serem percorridos pela Universidade.

A nova filosofia de abertura adotada pela Unicamp, perceptível através de uma efetiva política de prestação de contas e oferta de serviços à comunidade em geral, pode ser avaliada na configuração dos membros do próprio Consu. Pela primeira vez na história da Universidade, os funcionários passaram a ter assento no Conselho Universitário. É no âmbito do Consu que se delineia toda a filosofia da Instituição visando à administração do seu cotidiano. Durante suas reuniões são debatidas e elaboradas todas as regras a serem seguidas pelas diferentes instâncias da Universidade.

O Conselho Universitário, que em sua nova roupagem contempla a ampliação substancial da comunidade externa até então restrita a dois nomes indicados pelo governador, conta agora com a participação de representantes das principais entidades científicas do País, como SBPC e Fapesp, de representantes dos trabalhadores por meio do Dieese, das indústrias, por intermédio da Fiesp, bem como de um nome indicado pelo Prefeito da cidade de Campinas e outro pelo governador do Estado.

A criação de cinco Pró-Reitorias nas áreas de Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Desenvolvimento Universitário, todas com assento no Consu, representa a descentralização efetiva do poder, até então mais centrado na figura do reitor. Outra alteração não menos importante foi a ampliação da representação docente, que passou de seis membros para 15, e da representação discente, de oito para 12 membros.

O Consu ganhou também dois importantes órgãos auxiliares, a Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão e a Câmara de Administração. A nova estrutura bicameral resulta em agilização nas decisões pertinentes a cada uma dessas instâncias. Só são encaminhadas ao Consu questões que envolvam alterações nas regras vigentes. As duas câmaras contam ainda com o apoio técnico de comissões de graduação, de pós-graduação, de legislação e normas, de orçamento e patrimônio e de serviço social para a tomada de decisões.

Uma das decisões políticas importantes tomadas pelo Consu foi a oficialização da consulta à comunidade para a escolha de reitores, cuja organização, como ocorre agora, fica sob a responsabilidade da própria Instituição, com encargos divididos entre os diferentes segmentos da comunidade. Embora de caráter indicativo, a consulta tem um peso político importante na elaboração final da lista tríplice de candidatos a reitor a ser encaminhada ao governador do Estado para a escolha final. Ao normatizar a consulta para escolha do reitor, o Consu estabeleceu também o peso dos votos dos diferentes segmentos da comunidade no processo de votação, a ser ponderado na proporção de 3/5 (professores), 1/5 (alunos) e 1/5 (funcionários).

Apesar de não ter sido possível sua implementação durante a gestão atual, o reitor Paulo Renato defende a criação de um Conselho Superior Extra-Universitário, constituído por representantes de diferentes segmentos da sociedade civil. Esse órgão, de acordo com a proposta, poderia não só examinar e aprovar as contas da Universidade, como dar a palavra final na escolha do reitor, até então restrita ao governador. Essa seria a fórmula ideal para que a comunidade externa pudesse ter uma ingerência maior na vida da instituição. **(G.C.)**

Uma reunião do Conselho Universitário, órgão de deliberação máxima da Unicamp.

Mesa do terceiro debate promovido pela Adunicamp. Da esquerda para a direita: Carlos Vogt, Luiz Carlos Almeida (diretor da Adunicamp), Helena de Freitas (presidente), Celso Arruda, Hermano Tavares e Waldir Rodrigues.

Como será a Unicamp do novo reitor

Quatro candidatos estão inscritos para concorrer ao processo de consulta interna que resultará na lista trípl• a ser encaminhada ao Conselho Universitário no início de abril: o engenheiro mecânico Antônio Celso Arruda, o lingüista Carlos Vogt, o engenheiro elétrico Hermano Tavares e o físico-matemático Waldir Rodrigues.

A consulta se desdobrará em dois turnos. O primeiro, nos dias 27 e 28 deste mês, definirá os três nomes que irão para o segundo, a ser realizado em 3 e 4 de abril próximo. O Conselho Universitário apreciará a lista da comunidade, após o que enviará ao Palácio dos Bandeirantes a lista tríplice a ser examinada pelo Governo do Estado. O governador tem autonomia para escolher qualquer um dos três nomes da lista. A transmissão do cargo ao novo reitor será no dia 19 de abril, às 20 horas, no Centro de Convenções da Universidade.

Através das questões que se seguem, feitas por escrito e ordenadas segundo o critério alfabético dos prenomes dos entrevistados, o Jornal da Unicamp cumpre o seu papel de informar, de modo eqüitativo e isento, a sua família de leitores acerca das idéias e concepções de cada candidato.

Jornal da Unicamp — Não obstante o programa de equipamento científico iniciado na atual gestão, é fora de dúvida que a Unicamp terá de continuar investindo fortemente na atualização de seus laboratórios. O sr. tem alguma política nesse sentido?

Antônio Celso Arruda — A Unicamp é hoje, no Brasil, uma Universidade de primeiro mundo e não pode abrir mão disso, o que significa também investir na atualização de seus laboratórios. Embora caiba ao Estado prover recursos a esse objetivo, temos que voltar nossos olhos a outros horizontes. O reitor Paulo Renato foi um excelente exemplo nesse sentido, não só captando milhões de dólares, por meio da Reitoria, como também dando liberdade a assessorias e a outras pessoas que também conseguiram captar uma soma grande de recursos. Entre inúmeros exemplos dentro da Universidade, posso citar o do próprio Cepetro, que carreou alguns milhões de dólares de recursos para a Unicamp. Por esse motivo, é importante poder continuar contando com um reitor de espírito democrático, não autoritário, que permita levar a bom termo o processo de distribuição dessas tarefas e responsabilidades.

Um outro aspecto dessa questão, tão importante quanto a obtenção de recursos, é a sua aplicação, de maneira eficaz, aproveitando ao máximo os equipamentos disponíveis, por meio de uma política de melhor uso, conservação e manutenção. Minha idéia é incentivar a criação de um programa de intercâmbio com os laboratórios de primeira linha existentes no exterior e no Brasil, para que a Unicamp tenha acesso aos mais avançados equipamentos, em seu processo de atualização, assim como já está previsto em relação ao Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS). O Cepetro já iniciou experiência nesse sentido, podendo recorrer ao Instituto Francês de Petróleo e ao Imperial College, na Inglaterra, em diferentes áreas de pesquisa.

Carlos Vogt — Veja bem: estamos saindo de um período em que a Reitoria conseguiu captar e investir nada menos que 80 milhões de dólares em pesquisa. Em tempo algum, desde os anos 70, não se via nada tão significativo. Isso aumenta a responsabilidade do próximo reitor, naturalmente, no sentido de que ele terá de ser também um bom captador de recursos. A Universidade espera isso dele, pois parar de investir na pesquisa, no caso de uma instituição com as características da Unicamp, é perder terreno em relação a si mesma e aos poucos bons centros que temos no País. Trata-se de uma questão delicada, pois um reitor sem trânsito ou sem poder de negociação nas instâncias de financiamento pode perfeitamente comprometer o trabalho desenvolvido até aqui. Pois uma coisa parece óbvia: a Reitoria deve continuar tomando a si a responsabilidade de negociar grandes somas de recursos para a pesquisa, sejam de fontes nacionais ou internacionais, públicas ou privadas, visando a incrementar projetos orgânicos ou integrados que correspondam a alguma espécie de política global. Mas deve também facilitar o desenvolvimento dos projetos individuais, dando-lhes condições de operacionalização plena. Mecanismos serão criados para isso. O fato é que, apesar de toda a soma de dinheiro investida, não poucos laboratórios ficaram de fora e precisam ser reequipados nos próximos anos.

Hermano Tavares — O equipamento científico da Unicamp deve ser permanentemente atualizado: sem ele a Universidade fica sem condições de participar de pesquisas de fronteira que lhe permitiriam produzir conhecimento de vanguarda, necessário para romper a barreira de nosso atraso científico e tecnológico.

Esta política de contínuo reequipamento exige investimentos elevados que a Unicamp não poderá bancar com seu orçamento. Assim, torna-se indispensável organizar um eficiente organismo para captação de recursos nacionais e internacionais.

Entretanto é preciso criar mecanismos operacionais que assegurem a efetiva participação das unidades universitárias na definição desta política de avaliação, de priorização e atualização de equipamentos científicos.

Estreitar laços com agências financiadoras federais (CNPq, Capes, Finep etc...) e com a Fapesp, que acaba de ter seus recursos duplicados com a nova Constituição estadual, é também tarefa prioritária.

Waldir Rodrigues — Antes de responder às questões formuladas pelo **Jornal da Unicamp** não posso deixar de comentar que em minha opinião a maioria é irrelevante para traçar o perfil de um reitorável. De fato, a virtude principal que deve ser avaliada pela comunidade é a carreira acadêmica do candidato, que só pode ser comprovada por quem tem, como professor titular, um número significante de artigos publicados em revistas técnicas especializadas internacionais, de qualidade inquestionável (em certas áreas a publicação de livros também é um critério importante).

É fundamental também que um candidato consiga aglutinar em torno de si as pessoas mais competentes da comunidade.

Um reitor respeitado cientificamente por seus pares não precisará ser político. As necessidades da Universidade são fundamentalmente aquelas da sociedade brasileira a quem ela deve prestar **serviços**, e elas serão seguramente sempre atendidas na medida que se demonstre (pelo método experimental) que os recursos que a Universidade recebe são bem utilizados.

Em minha gestão o reequipamento científico ocorrerá naturalmente. Nunca mais serão necessários programas emergenciais (que dêem razão, em particular, a questões como esta). Como conseguir isto? Criando como primeiro ato um Conselho Acadêmico de alto nível, constituído por cientistas de renome (de acordo com o julgamento dos pares), tanto da Unicamp como fora da Universidade, incluindo obviamente pessoas importantes por suas realizações (de caráter transparente) no cenário nacional. Tal conselho deverá elaborar um plano diretor que será submetido imediatamente ao Conselho Universitário (Consu). Este último necessariamente deverá ter uma configuração bem diversa do atual.

Tenho certeza que até o fim do "período eleitoral" serei procurado por aqueles que desejam contribuir para uma mudança radical na Unicamp. Estes deverão não estar atrás de cargos remunerados, pois é minha intenção terminar com todas as mordomias.

JU — A Unicamp, a partir de 1987, priorizou seus investimentos em pesquisa consoante cinco programas integrados: Informática, Biotecnologia, Química Fina, Energia e Novos Materiais. O objetivo, além de permitir a aglutinação de linhas afins, é obter financiamentos globais capazes de livrar, dentro do possível, o pesquisador da política de balcão. É sua intenção dar seqüência aos programas integrados? Ajustando-os? Mantendo-os como estão?

Arruda — Os programas integrados devem continuar, pois acompanham diretrizes do sistema nacional de ciência e tecnologia e vêm dando certo dentro da Unicamp.

O ajuste que pretendo fazer, na minha gestão, é vincular a dinâmica dessa integração às necessidades sociais. Acrescentando um corte que permita pensar, por exemplo, como a Biotecnologia, a Informática, Novos Materiais podem eliminar fatores limitantes na produção de alimentos, na política de preservação do meio ambiente, propiciando, enfim, uma melhor visibilidade dos objetivos das pesquisas, facilitando uma avaliação de resultados do papel social da Universidade.

O que a Universidade não deve fazer é improvisar, com programas montados às pressas. O professor não pode ficar obrigado a preparar projetos a "toque de caixa", para "aproveitar uma verba que chegou". É necessário um plano diretor que contenha uma espécie de banco de demandas com prioridades acadêmicas. Dessa maneira, no momento em que seja vislumbrado qualquer recurso financeiro, cada departamento já terá, dentro de seu mapa de necessidades, condições de preparar seus projetos de maneira ágil, sem comprometer a qualidade. Com isso continuará a ser evitado, também, o entesouramento de equipamentos e a duplicação de recursos. Tudo aquilo que a atual Reitoria fez, em nível central, nesse sentido, deverá ser incorporado em nível departamental.

Quanto à política de balcão, ela, em si mesma, não é má. Deve existir sempre, como uma opção adicional ao pesquisador com toque próprio, amparado por um escritório de captação →

de recursos que terá, inclusive, o papel de informar a respeito de bolsas, programas nacionais de desenvolvimento e oportunidades no exterior.

Vogt — A política científica da Unicamp não está consumada nem é inalterável. Digamos que ela foi muito bem esboçada. Uma instituição jovem como a Unicamp não pode dizer que já definiu sua política científica para todo o sempre. Como se sabe, a ciência é um processo dinâmico, como o é também o modo de se fazer política científica. Por isso é importante que as instâncias internas que definem essa política — do Conselho aos departamentos, das câmaras, comissões e coordenadorias de curso às pró-reitorias — saibam ser sensíveis às alterações que se processam dentro e fora da Universidade, buscando a melhor forma de atender aos interesses dos programas integrados e dos projetos individuais. Estou certo de que o caminho mais rápido para se chegar a conclusões neste sentido é consultando de modo sistemático aqueles que melhor entendem do assunto: os pesquisadores. Os programas integrados, até por razões operacionais, deixaram de alcançar várias centenas de pesquisas que nasceram necessariamente isoladas e assim devem ser mantidas, por características próprias. É preciso encontrar uma fórmula de apoio específico a esses projetos, sem prejuízo, claro, para o investimento nos programas. É preciso encontrar fórmulas e métodos para avaliar cientificamente e apoiar financeira e administrativamente projetos de pesquisa merecedores.

Hermano — As atividades de pesquisa e extensão devem ter um expressivo componente de "balcão", isto é, uma parcela destas atividades deve ser deixada ao livre arbítrio dos docentes. Entretanto, é importante também que parte do esforço da pesquisa e extensão seja feito em obediência a programas em áreas pré-estabelecidas.

Neste sentido, a política de concentrar recursos em áreas estratégicas constitui um avanço e deve ter continuidade; entretanto, na Unicamp, houve timidez após sua implantação e é preciso retomar esta proposta com maior ênfase e determinação na busca dos objetivos propostos.

Inicialmente é necessário, a partir de discussões com a comunidade de pesquisadores, rever, em face do real potencial e interesses da Universidade, os atuais cinco programas: Informática, Energia, Biotecnologia, Química Fina e Novos Materiais. Talvez estas não sejam as únicas áreas prioritárias: certamente a Unicamp pode propor programas de alta relevância nas áreas de educação, ciências humanas e ciências médicas, por exemplo.

Ao definir áreas prioritárias deve-se ter em mente a capacitação dos recursos humanos disponíveis, a fim de evitar a criação de programas sem conseqüências práticas; alternativamente, em áreas menos desenvolvidas mas de reconhecida importância, deve-se partir para um imediato e vigoroso esquema de formação de pessoal. Deve ser criado um conselho, integrado por eminentes cientistas, que receba e elabore propostas, assumindo o encargo de defendê-las perante a comunidade, antes de sua efetiva implantação.

Além disto, deve-se lembrar que uma política científica é parte de uma política de desenvolvimento econômico e, como tal, deve estar afinada com grandes metas nacionais.

Waldir — Programas de qualidade comprovada provavelmente serão mantidos pelo Conselho Acadêmico. Qualidade é comprovada universalmente por publicações científicas e ou técnicas em revistas de nível internacional reconhecidas, como já disse anteriormente. Qualquer outro discurso diferente serve apenas para consolidar o corporativismo livrando-se da necessidade de prestar contas à comunidade. Aliás, é interessante saber como as prioridades mencionadas na questão foram definidas. Você sabe?

JU — Em sua opinião, o que pode ser melhorado no ensino de graduação? O sr. tem alguma política específica para essa área e para a pós-graduação?

Arruda — A vocação da Unicamp vem sendo, cada vez mais, a de formação de pesquisadores. Acredito que essa vocação deve ser incentivada desde a graduação. Nosso corpo discente deve ter como parte de suas atividades a elaboração de projetos de iniciação científica, tecnológica, artística ou cultural, recebendo bolsas de estudo para isso. Estes projetos podem ser executados dentro da Universidade, em laboratórios internos ou até mesmo em uma empresa. A Fapesp, que para 1990 teve duplicados seus recursos, conta, atualmente, com capacidade ociosa em bolsas desse tipo. O órgão não tem conseguido implantar mais que 800 bolsas anuais de iniciação devido à falta de demanda, como me disse, recentemente, o prof. Flávio Fava de Moraes, seu diretor executivo.

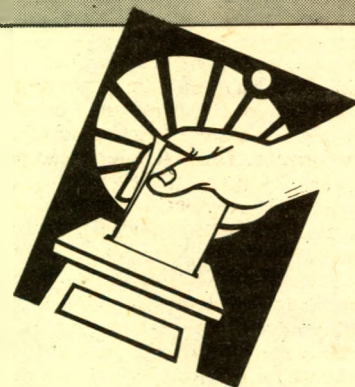
Quanto à pós-graduação, além dos constantes esforços em elevar o grau de competência dos nossos atuais programas, devemos pensar em criar novos programas interdisciplinares.

A prática da pesquisa, já na graduação, como proponho acima, deverá também ser fator importante em todo esse processo.

Devemos criar também mecanismos institucionais que assegurem aos alunos o pagamento das bolsas vindas de órgãos externos, rigorosamente dentro dos prazos, fazendo com que eles possam dedicar-se com tranqüilidade às tarefas de pesquisa.

Outro ajuste que considero importante é a reavaliação do papel do orientador de dissertações e teses, em contraposição ao orientador de programas. É preciso discutir o assunto com maior profundidade, para que possamos estabelecer mecanismos que assegurem a formação integral do orientando e, ao mesmo tempo, um maior controle sobre os prazos de conclusão dos trabalhos.

Vogt — Uma política científica com as características que alinhei cruza necessariamente com a política de ensino de graduação. Para tanto, será indispensável tomar pé de alguns problemas de ordem material que ainda persistem (condições de salas de aula, recursos didáticos, laboratórios de ensino, acervos bibliográficos etc) e também para a necessária avaliação dos resultados dos cursos. Estou certo de que a graduação muito ganharia com a criação de um amplo e vigoroso programa de iniciação científica. Na pós-graduação, parece-me indicado que se dê finalmente início à implantação gradativa do pós-doutoramento em áreas já amadurecidas para tal. É uma lacuna de que o Brasil se ressente e a Unicamp deve tomar a dianteira nesse sentido. Mas estes são pontos tópicos que, tanto na graduação quanto na pós-graduação, devem ser considerados no contexto de uma política global para o ensino na Unicamp.

Hermano — É preciso preliminarmente reconhecer que a Unicamp não tem concentrado o melhor de seus esforços no ensino de graduação. E que esta prática, sem prejuízo das demais atividades da Universidade, precisa ser revista.

A valorização do trabalho didático é uma iniciativa que considero prioritária. As diversas comissões que avaliam a carreira docente na Unicamp devem ser orientadas neste sentido. Os professores mais experimentados devem ser estimulados e prestigiados para dar sua contribuição nos cursos básicos.

Uma melhor articulação entre o ciclo básico e o profissional deve ser uma preocupação permanente. Muitos laboratórios destinados aos cursos de graduação precisam ser reequipados, e sua manutenção deve ser responsabilidade da Unicamp. A formação humanística não pode ser esquecida: os futuros profissionais devem ter consciência de sua responsabilidade social.

É necessário dedicar mais atenção às condições físicas que facilitam a vida do estudante: melhoria no sistema de transporte, funcionamento da biblioteca e restaurante à noite, instalação de uma livraria compatível com as necessidades da Unicamp, melhoria das salas de aula e instalação de salas de leitura são algumas medidas, entre outras, que podem ser tomadas a curto prazo.

No que se relaciona especificamente à pós-graduação, respeitadas as especificidades das diferentes áreas, os seguintes pontos devem ser considerados:

a) maior rigor na seleção de alunos ingressantes: privilegiar a qualidade em detrimento da quantidade;

b) melhorar as condições de abrigo e atendimento aos alunos;

c) ter expressiva maioria de alunos bolsistas em tempo integral e classificá-los de forma mais precisa em alunos regulares, que seguem programas de mestrado e doutorado, e especiais, que procuram atualizar sua formação acadêmica;

d) esforço para reduzir o tempo de permanência dos alunos no mestrado e doutorado;

e) dirigir o mestrado mais para a formação acadêmica, fechando o programa com uma dissertação concisa e objetiva, e caracterizar o doutorado como o espaço para o trabalho de tese.

Waldir — A finalidade do ensino é treinar a mente para a solução de problemas. Tal treinamento só pode ser obtido com uma dosagem correta de formação e informação.

"A Unicamp é hoje, no Brasil, uma universidade de primeiro mundo e não pode abrir mão disso, o que significa investir também na atualização de seus laboratórios. Embora caiba ao Estado prover recursos a esse objetivo, temos que voltar nossos olhos a outros horizontes. Posso citar o exemplo do próprio Cepetro, que carreou alguns milhões de dólares para a Unicamp".

Celso Arruda

Celso Arruda

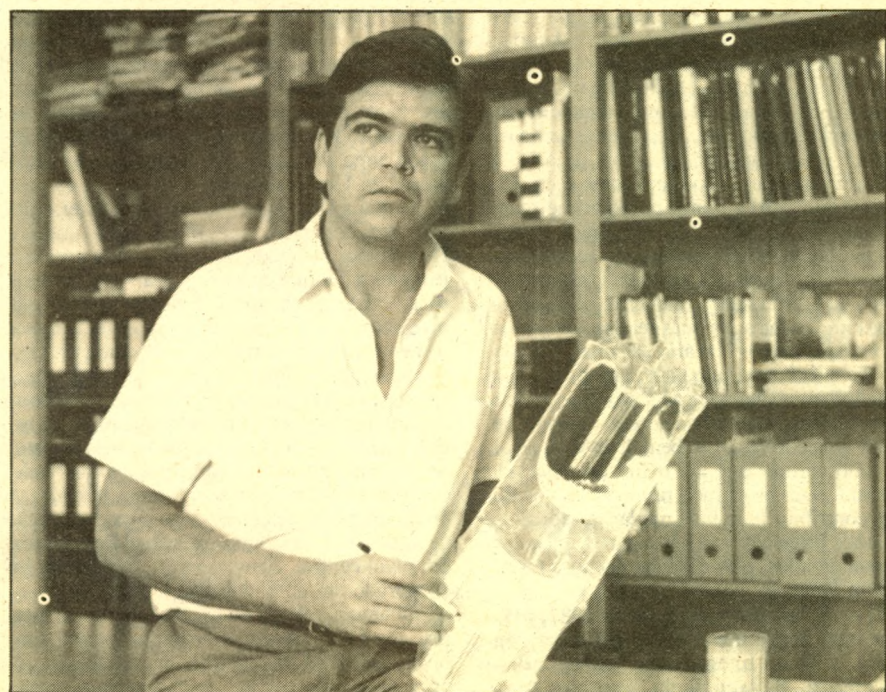
Antônio Celso Arruda, 41 anos, é engenheiro formado pela Unicamp em 1968. Antes, foi aluno do Colégio Culto à Ciência, de Campinas. Concluiu mestrado em engenharia na área de mecânica dos sólidos, em 1975, e doutorado na área de materiais e processos de fabricação, em 1978, ambos os cursos na Unicamp.

É professor titular concursado. "Posso dizer que vivo na Unicamp e vivo a Unicamp, desde então", afirma.

É atualmente diretor do Centro de Estudos de Petróleo (Cepetro), órgão que estruturou em convênio com a Petrobrás. Licenciou-se recentemente da direção da Faculdade de Engenharia Mecânica.

Ao longo dos últimos anos, tem publicado trabalhos científicos em revistas especializadas brasileiras e do exterior.

Trabalhou na área de engenharia biomédica, quando desenvolveu equipamentos médicos, hoje industrializados e comercializados em escala.

Tem orientado teses de mestrado e doutorado, além de projetos de iniciação científica, além de ter participado com freqüência de congressos e de bancas examinadoras. Coordena paralelamente o projeto de implantação da Universidade Tecnológica do Estado (UTP).

Carlos Vogt

Carlos Alberto Vogt, 47 anos, é poeta, lingüista e vice-reitor da Unicamp desde 1986. Graduado em Letras pela Universidade de São Paulo, licenciou-se em Letras e Lingüística na Universidade de Besançon, França, cursou mestrado em Letras na USP e cursou doutoramento na École des Hautes Études en Scienses Sociales de Paris, recebendo título de doutor em Ciências pelo IFCH da Unicamp.

É docente da Unicamp desde 1969, integrando o corpo docente do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), como professor titular. Foi professor-visitante na Universidade da Flórida (1975), na McGill University, Canadá (1977), directeur d'études associé *da École des Hautes Études de Paris (1981) e* hosped de honor *da Universidade Nacional de Tucumán, Argentina (1989).*

Entre volumes de ensaios e poesia, tem 10 livros publicados, entre os quais se destacam Cantografia *(poemas, 1982),* Crítica Ligeira *(1989) e* Linguagem, Pragmática e Ideologia *(1990, 2ª ed.). É também autor de mais de 50 trabalhos publicados em órgãos da imprensa especializada, nacionais e estrangeiros, e de 85 artigos produzidos para a imprensa leiga. Participou, entre 1979 e 1989, de 39 bancas de tese de mestrado e doutorado, de 15 bancas de exame de qualificação e de 170 eventos de natureza científica ou cultural na condição de conferencista, expositor ou coordenador.*

Uma formação mais adequada para os alunos será obtida na medida em que os professores mais titulados se interessarem mais pelos cursos básicos, e que a carreira docente seja mais valorizada. Uma tal valorização poderá ocorrer instituindo-se, por exemplo, prêmios de incentivo pela excelência em ensino. O dinheiro para estes prêmios podem vir cortando-se gratificações de representações e assessores completamente desnecessários.

Considero fundamental ao treinamento da mente que nossos alunos (e também nossos professores) sejam expostos aos grandes livros da humanidade (os *great books* da *Britannica* e alguns outros). A informação humanística e científica contida nestes livros é a melhor vacinação contra uma exposição contínua à enxurrada de ideologias a que somos continuamente expostos.

Não podemos deixar de observar aqui que é um verdadeiro milagre que qualquer aluno aprenda alguma coisa assistindo aulas no "Bá-sico". Providenciar lugares confortáveis para as aulas e para estudos no campus será uma das metas prioritárias de minha gestão.

Também é bastante provável que encontremos mais professores no campus fora das horas de aula, se estes tiverem à disposição condições ambientais mais adequadas para trabalhar.

A construção dos "bloquinhos" foi na minha opinião um desperdício. Você conhece alguém que esteja contente com eles?

JU — Como o sr. pretende resolver a questão da obrigatoriedade constitucional dos cursos noturnos a partir de 1992?

Arruda — A problemática dos cursos noturnos tem sido objeto de teses de mestrado e doutorado. Tanto no âmbito do ensino superior como no de 1º e 2º graus. Tais cursos necessitam de metodologia própria, de corpo docente especializado e, em última instância, são reflexo do modelo injusto da nossa sociedade. Na raiz da preocupação com a implantação desses cursos está a intenção de atender o aluno trabalhador.

O espírito da lei, ao preservar 30% das vagas das universidades paulistas para os cursos noturnos, foi algo que objetivou contemplar o pessoal que trabalha durante o dia e quer estudar em nível superior, à noite. Não podemos ser contra os cursos noturnos, principalmente porque a universidade pública não pode dar-se ao luxo de ficar fechada e ociosa, quando existem recursos humanos, infra-estrutura e laboratórios disponíveis para o trabalho noturno. Porém, é missão da Universidade, ao atender os dispositivos legais, preservar sua vocação e sua qualidade de ensino, pesquisa e serviços de extensão. A própria Constituição já deixou um prazo de três anos para a implantação de cursos noturnos, prevendo a necessidade de planejamento e ajustes. Dentre minhas primeiras providências, ao assumir a Reitoria, uma delas será a de solicitar à Faculdade de Educação um estudo em profundidade, de modo a que a Unicamp possa também inovar nesse campo, assim como já inovou no vestibular. A Unicamp não pode perder a oportunidade de dar uma resposta adequada a esse problema que afeta todo o País, um verdadeiro desafio para os pedagogos e docentes envolvidos na questão do ensino noturno.

De momento, acredito que cursos como Medicina, como já disse em outras entrevistas, não têm condições de ser noturnos. É possível que esse período possa ser aproveitado para cursos de extensão e outros, para os quais as unidades de ensino por eles responsáveis possam assegurar comprovadamente a qualidade.

Vogt — Bem, o propósito já antigo de instalar as atividades noturnas no campus encontra agora o vento a favor da obrigatoriedade constitucional. Naturalmente, uma das primeiras preocupações do novo reitor deverá ser com a implementação dos cursos noturnos. Vou instalar um grupo para estudar o assunto em termos objetivos e práticos. A Universidade só terá a ganhar: primeiro, porque a vida cultural no campus tenderá a crescer em quantidade e qualidade (mais ainda se considerarmos o funcionamento pleno da Moradia Estudantil); segundo, porque a qualidade da vida noturna no campus vai permitir que se ofereçam cursos não só de graduação mas também de extensão, de especialização, que poderão atender às necessidades de treinamento de nossos funcionários e da comunidade em geral. Aqui, a Escola de Extensão da Unicamp, já em sistematização, terá um papel importante. Nesse sentido, a experiência do noturno poderá também oferecer subsídios importantes para uma reflexão crítica que visa ao aprimoramento dos nossos cursos de graduação do diurno, dentro da visão integrada que temos de todas as atividades desenvolvidas na e pela Universidade.

Hermano — Trata-se de uma demanda social contemplada pelas Constituições federal e estadual. A implantação dos cursos noturnos deve ser feita a partir de propostas concretas de cada uma das unidades universitárias (faculdades e institutos), considerando suas especificidades e dirigidas para as necessidades da sociedade na sua área de atuação. Aspectos de viabilidade e custos não podem ser negligenciados em face das limitações orçamentárias da Universidade.

Em princípio, o funcionamento noturno dará maior eficácia ao uso da infra-estrutura disponível na Universidade e que deve estar a serviço do conjunto da sociedade que a financia.

Waldir — A obrigatoriedade dos cursos noturnos não é apenas uma boa idéia, é a lei. As leis são para ser cumpridas e em particular com inteligência. No meu mandato serão instituídos os cursos noturnos possíveis, a possibilidade sendo definida pela comunidade, ouvidas as sugestões do Conselho Acadêmico. O pessoal atualmente disponível é mais que suficiente. As verbas disponíveis provavelmente não são suficientes, mas não vejo dificuldades em resolver o problema.

"Estamos saindo de um período em que a Reitoria conseguiu captar e investir nada menos que 120 milhões de dólares em pesquisa. Em tempo algum, desde os anos 70, não se via nada tão significativo. Isso aumenta a responsabilidade do próximo reitor, no sentido de que ele terá de ser também um bom captador de recursos".

Carlos Vogt

JU — O sr. veria como prioridade a questão da conexão da Unicamp com o setor produtivo? Como operacionalizar de fato essas relações sem que se fique na mera prestação de serviços à indústria? Em suma: como evitar que as pesquisas com potencial de aplicabilidade (social ou industrial) fiquem confinadas ao âmbito acadêmico?

Arruda — Se a missão maior da Universidade é a de formar alunos, as pesquisas desenvolvidas pelo professor constituem uma das atividades privilegiadas para torná-lo melhor professor. Outra atividade que concorre para isso é a da prestação de serviços. Ao mesmo tempo em que ele atende a uma demanda social, também se qualifica melhor, acabando com o dito popular pejorativo de que "quem sabe faz e quem não sabe ensina a fazer".

Tenho convicção de que, em nível departamental, nas nossas áreas de conhecimento, sejam elas biológicas, exatas ou humanas, todos nós sabemos distinguir quais as pesquisas e os serviços que a sociedade ainda não tem condições de executar e, por isso, recorre à Universidade.

Se possuímos equipamentos sofisticados como uma micro-sonda eletrônica de varredura, por exemplo, com a qual prestamos muitos serviços de rotina, foi com os recursos obtidos por estes serviços que asseguramos a sua manutenção, nos já esquecidos tempos das vacas magras. E os que se serviram destes serviços, tanto interna quanto externamente à Universidade, certamente não tinham condições de comprar um equipamento tão caro e que, em poucos anos, se torna ultrapassado.

A sociedade, que mantém todos estes especialistas e seu aparato instrumental, quer e deve recorrer à Universidade, quando necessita buscar respostas a problemas que ainda não têm solução prática imediata.

Por outro lado, somente uma estruturação departamental forte e competente pode assegurar o controle de tais atividades, para que não sejamos concorrentes com a sociedade, naquilo que já se tornou prática comum.

Vogt — Vejo como prioridade, sim. É para mim bastante evidente que a Unicamp precisa sistematizar seu relacionamento com o setor empresarial. Há anos falamos em incrementar essas relações — e de fato atingimos hoje cerca de 400 contratos formais com a indústria —, mas o repasse de tecnologia da Universidade para a indústria continua sendo um processo vagaroso e problemático. Uma forma de resolver isto é a criação de um Escritório de Transferência de Tecnologia.Esse escritório se ocuparia de tarefas como contatos com o setor produtivo, o marketing da produção de pesquisas, o detalhamento jurídico dos futuros contratos etc, e funcionaria como um agente de apoio tanto junto à Unicamp quanto à Fundação para o Desenvolvimento da Unicamp (Funcamp). É uma idéia que precisa ser implementada com urgência. Convém observar que a sistematização desse relacionamento não significa nem industrializar a Universidade nem **universitalizar** a indústria. O que se pretende é que, postas à luz da regularidade, essas relações criem um círculo de valorização do processo de desenvolvimento industrial e revertam, assim, em novos recursos para a Universidade, permitindo um investimento cada vez maior nos projetos de ensino e de pesquisa básica, seja no campo tecnológico, seja no de humanas.

Hermano — A maioridade tecnológica é fa-

Hermano Tavares

Hermano Tavares é engenheiro eletrônico, formado no ITA em 1964. Fez doutorado na Universidade de Toulouse, França, na década de 60.

Trabalhou na Universidade Federal da Paraíba, na Universidade Federal de Pernambuco no ITA, na USP-São Carlos e trabalha na Unicamp desde 1971. É professor titular da Faculdade de Engenharia Elétrica (FEE) desde 1978, onde coordenou a Pós-Graduação e chefiou o Departamento de Engenharia de Sistemas. É o atual Diretor da FEE.

Especializou-se em Controle e Otimização de Sistemas, área em que teve intensa atuação, tendo orientado 35 teses de mestrado e doutorado e publicado diversos artigos em periódicos nacionais e internacionais, notadamente em aplicações nos campos da Energia e Telecomunicações.

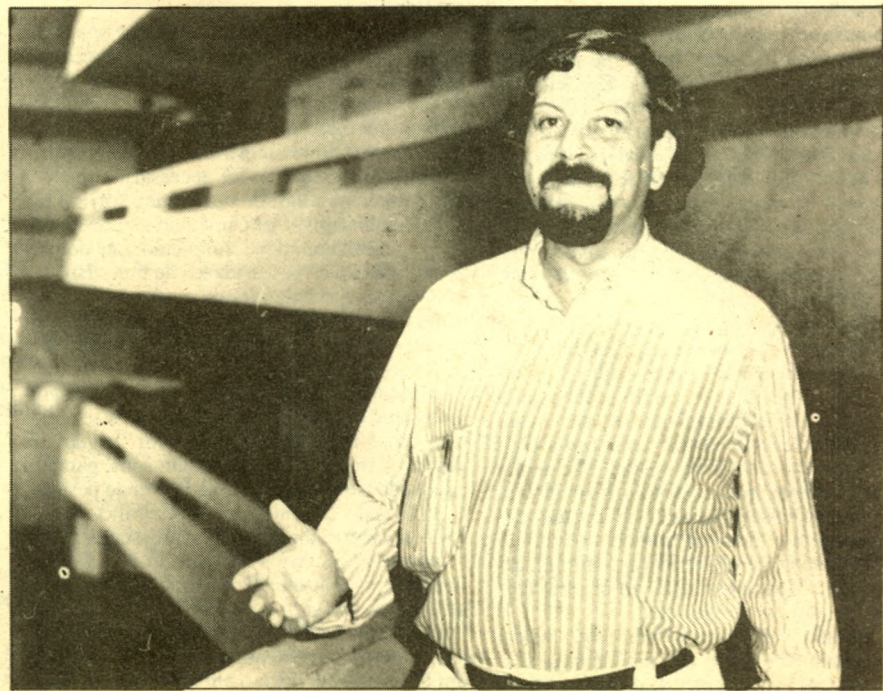
Foi membro e coordenador do Comitê Assessor de Engenharia Elétrica do CNPq (1977-79), atuou no Comitê Assessor de Cooperação Bilateral (França-Brasil) CEFI--CNPq (1979-84) e coordenou convênios firmados com o Metrô/SP (1972-75) e com a Telebrás (1979-84).

Integrou o Conselho Diretor da Unicamp de 1979 a 1981, como representante docente eleito. Foi presidente da Adunicamp no biênio 85-87 e da Sociedade Brasileira de Automática no período 1987-89.

Waldir Rodrigues

Waldir Alves Rodrigues Jr., 43 anos, graduou-se pelo Instituto de Física da Universidade de São Paulo em 1968. Fez doutoramento em física nuclear em Turim, Itália, em 1971. De 1972 até 1981, foi professor no Instituto de Física da Unicamp, quando se transferiu para o Instituto de Matemática (IMECC), onde é professor titular de física--matemática.

Nos últimos anos, tem sido professor--visitante em várias instituições estrangeiras, entre elas o Massachusetts Institu Technology (1976-78), a Universidade de Trento (1987-88) e a Universidade de Peruggia (1989-90). Coube-lhe também inaugurar o convênio CERN-CNPq em 1979, realizando estágio científico, durante três meses, em Genebra, Suíça. É pesquisador nível 1 do CNPq. É também referee internacional de várias revistas científicas de física e matemática.

No plano acadêmico-administrativo, foi representante dos professores MS.3 e MS.4 na Congregação do Instituto de Física, e dos MS.5 e MS.6, por dois mandatos, na Congregação do IMECC. Foi vice-chefe do Departamento de Matemática Aplicada (1987-89) e coordenador de pós-graduação de Matemática Aplicada do IMECC. É autor do livro Recent Developments in Relativity *(1988, Índia), com Erasmo Recami e T.M. Karade.*

tor básico para um autêntico desenvolvimento nacional: todos os esforços devem ser integrados na busca desse objetivo. A Universidade não pode ficar à margem desse processo. Deve juntar seus esforços àqueles das demais agências governamentais e às empresas, com vistas à geração da ciência e da tecnologia que respondam às verdadeiras necessidades nacionais. Entretanto, deve ficar claro que, sob nenhum pretexto, a Universidade deve subordinar seus objetivos àqueles da empresa.

O intercâmbio Universidade-empresa é comum no mundo desenvolvido, e deve realizar-se sem preconceitos. Estamos convencidos que os nossos pesquisadores têm maturidade e autonomia necessárias para resguardar os interesses da universidade pública. A Pró-Reitoria de Extensão, além de algumas unidades, centros e núcleos desenvolveram esforços nesse sentido, que precisam ser retomados e aprofundados.

Waldir — A conexão de uma universidade com o setor produtivo deve ocorrer naturalmente. Tal é a regra em qualquer país civilizado. As pesquisas aqui desenvolvidas com aplicação efetiva serão sempre absorvidas pela comunidade, e a criação de novas indústrias deve ser incentivada. (A universidade é um investimento social. Se não houver retorno ela deve ser declarada "empresa" falida). O que não será tolerado é que grupos obtenham lucros pelo desenvolvimento de idéias que foram obtidas com os meios da Unicamp sem que esta receba sua parte. Mais uma vez caberá ao Conselho Acadêmico propor a forma correta para a questão, e ao Conselho Universitário (Consu) referendar as propostas.

"É preciso criar mecanismos operacionais que assegurem a efetiva participação das unidades universitárias na definição da política de avaliação, priorização e atualização dos equipamentos científicos. Estreitar laços com as agências financiadoras federais, e com a Fapesp, que acaba de ter seus recursos duplicados, é também tarefa prioritária".

Hermano Tavares

JU — Como o sr. encara a recente questão constitucional da autonomia universitária? Em sua opinião, os parâmetros da autonomia financeira conferida às universidades estaduais paulistas são satisfatórios?

Arruda — As universidades estaduais paulistas vêm exercendo a autonomia de gestão financeira de modo pioneiro no Brasil e, por esse motivo, temos muito a aprender. O Núcleo de Estudos Constitucionais, que está acompanhando a nova Lei de Diretrizes e Bases e a Lei Orgânica dos Municípios, terá um papel importante na minha administração, norteando o processo de reformulação dos estatutos e regimentos. A Estatuinte que pretendo instalar na Unicamp deverá também se preocupar com esse assunto, tendo por objetivo estabelecer os princípios e leis de gerenciamento da nossa Universidade agora autônoma.

Com relação à nossa administração, ela será extremamente austera, estabelecendo-se critérios consistentes para a utilização de nossas verbas de capital, custeio e salários, pois somente com esse respaldo poderei recorrer ao Governo do Estado para solicitar eventuais complementações.

Vogt — Bem, a nova Constituição confirma e enfatiza a autonomia universitária. Mas, a rigor, só as universidades estaduais paulistas é que a estão praticando com todas as letras. De minha parte, eu a repito como uma conquista extraordinária, a ser defendida com unhas e dentes. Decretada em fevereiro do ano passado, imediatamente ela trouxe duas conseqüências importantes. A primeira é que pudemos criar e desenvolver no âmbito do Conselho de Reitores do Estado de São Paulo (Cruesp), discutindo-a com as associações de docentes e de funcionários, uma política salarial própria para as nossas universidades. A segunda, é que a autonomia da gestão financeira nos deu plenas condições de fazer um planejamento orçamentário que antes não era possível, pois vivíamos de suplementações ao longo do ano. Agora temos uma cota fixa da 2% de arrecadação do Estado, que têm se mostrado suficiente para as despesas de custeio, pessoal e investimentos. Mas fica sempre a possibilidade de negociar com o governo recursos extras para investimento em pesquisa e também em obras. A capacidade de captação de recursos da Unicamp sempre foi acima da média. Não tenho o menor receio de que a autonomia financeira possa vir a sofrer solução de continuidade, como muitos acreditavam no começo. Muito ao contrário, creio que ela tenderá a solidificar-se e a crescer com a evolução do próprio mecanismo produtivo do Estado.

Hermano — A Universidade está madura e a autonomia é bem-vinda: com ela uma auspiciosa perspectiva se abre. Entretanto, não a utilizaremos adequadamente se não for acompanhada por um efetivo processo de redistribuição do poder, criando e reativando mecanismos que assegurem a participação dos diferentes segmentos decisórios que compõem a comunidade universitária.

Aparentemente, os recursos financeiros atualmente destinados à Unicamp são satisfatórios. É prematura uma avaliação definitiva, uma vez que a autonomia financeira é recente e a Universidade deve aperfeiçoar a elaboração orçamentária e tornar mais eficiente a sua execução. É preciso, todavia, ter consciência de que novos compromissos, como os cursos noturnos, certamente exigirão recursos adicionais. De outro lado, não se pode ignorar que a retomada do desenvolvimento da economia e a melhoria da arrecadação estadual podem ter um impacto altamente positivo no orçamento da Universidade. Da mesma forma, o aprofundamento da crise e uma eventual piora no sistema de arrecadação, afetarão negativamente a disponibilidade de recursos.

Transparência na distribuição e aplicação dos recursos é, também, uma exigência da autonomia. Diretrizes orçamentárias básicas devem ser definidas e analisadas pelo Conselho Universitário, no verdadeiro exercício de suas atribuições de órgão máximo e deliberativo da Universidade, abandonando-se práticas autoritárias e centralizadoras.

Waldir — Como é (ou deveria ser) bem conhecido, a luta pela autonomia iniciou-se no Imecc, onde tenho a honra de ser professor.

Naquela oportunidade a Administração nem queria saber do assunto. Com a concessão da autonomia pelo governo, evidenciamos apenas a troca do "dono da Universidade". As discussões sobre a autonomia concedida ocorreram por aí e seguramente não contaram com a participação dos professores mais credenciados academicamente na nossa instituição.

Os parâmetros concedidos somente devem ser considerados insatisfatórios na medida em que a Unicamp demonstre que emprega bem cada centavo que recebe do povo, mas a quantia recebida não é suficiente para manter uma Universidade voltada para o desenvolvimento do País. Um julgamento sobre a questão só poderá ser emitido quando houver uma "transparência" tal na administração, que permita a cada cidadão seguir sem burocracia o empenho e a distribuição das verbas. Qual é a porcentagem que se gasta com o pagamento de professores e funcionários? Qual a quantia real que sobra para manutenção e inovação? Qual é a verba de representação da Reitoria? Quanto se gasta com a frota de carros que carregam assessores menores para lugares nem sempre importantes? Quanto se gasta com o pagamento de adicionais, com os cargos de confiança e em comissão, etc... e de assessores inúteis? Quanto influi no orçamento a incorporação dos adicionais?

Vamos pôr um fim em todas as mordomias, pois senão será o fim da Unicamp.

JU — O sr. poderia explicitar como se estrutura a sua política administrativa e de pessoal? Em sua opinião, as estruturas atuais funcionam bem? O sr. dará prosseguimento à reforma administrativa? Em que sentido?

Arruda — Pretendo desenvolver uma política de pessoal que contemple a manutenção do valor dos salários, não somente em face da inflação, mas também em termos de competitividade no mercado (interno e externo), por meio de uma ampla reestruturação da carreira. Essa reestruturação se faz necessária, uma vez que a carreira atual, embora tenha sofrido um avanço indiscutível na Universidade, encontra-se, em minha opinião, completamente defasada em relação às necessidades de hoje. Isso faz com que o que ontem era avanço, hoje represente uma camisa-de-força para muitos servidores, que têm limitados seu acesso vertical e progresso horizontal.

Procurarei dar condições para o desenvolvimento e a ascensão profissional dos servidores da Unicamp, criando um órgão de desenvolvimento de recursos humanos, para um adequado treinamento e reciclagem de pessoal, equilibrando demandas e disponibilidades.

A reforma administrativa prosseguirá com os ajustes necessários ao cumprimento fiel dos objetivos que acabei de definir. O número de servidores não será expandido. Procurarei otimizar a utilização dos já existentes, respeitando-os, procurando discutir seus problemas tanto em nível pessoal quanto em nível institucional, premitindo-lhes assumir sempre a importância do servidor técnico-administrativo, no contexto da Universidade.

Por outro lado, a transparência no uso dos recursos deverá ser maior, não para explicitar maior honestidade nos gastos, pois isso a atual Reitoria já faz com competência. Acredito que a elaboração de relatórios internos, explicitando o porquê e o quanto dos gastos de capital, custeio e salários terá como resultado a experiência de uma administração compartilhada de forma responsável, exigência inerente aos novos tempos da autonomia universitária.

Vogt — A modernização da Universidade implica em três pontos fundamentais: uma política de recursos humanos, uma reforma administrativa e uma reforma operacional. Quanto à primeira, quase tudo está ainda por ser feito. O que se fez até hoje nesse sentido está representado fundamentalmente pelas carreiras de funcionários e pela reestruturação da carreira docente. No que tange à reforma administrativa, processo aliás já desencadeado, ela é não só imprescindível como passível de ajustes necessários. Ela deve ser repensada do ponto de vista metodológico e desenvolvida de modo articulado com a política de recursos humanos. Já a reforma operacional é outra coisa: através dela se buscará uma política sistemática de manutenção da estrutura física e operacional da Universidade, desde a área predial e laboratorial até o sistema de telecomunicações, que deverá ser modernizado e expandido, passando ainda pela higiene e segurança do trabalho. Tudo isso visando, naturalmente, ao bom desempenho do ensino, da pesquisa e das atividades de extensão. Os pesquisadores, por exemplo, reclamam com razão da falta de meios físicos para resolver muitos de seus problemas acadêmicos. Caberá a essa reforma, entre outras coisas, prover o pesquisador dos instrumentos necessários ao seu trabalho (telefones, telex, fac-símiles, acesso a banco de dados), coisas às quais, no âmbito das unidades, ele raramente tem acesso.

Hermano — Há um consenso de que a estrutura administrativa-financeira da Unicamp deve melhorar, e muito, sua eficiência. São constantes e, em geral, justificadas as reclamações sobre o excesso de procedimentos burocráticos e lentidão nas tomadas de decisão e sua implementação.

"Um reitor respeitado cientificamente por seus pares não precisará ser político. As necessidades da Universidade são fundamentalmente aquelas da sociedade brasileira a quem ela deve prestar serviços, e elas serão seguramente sempre atendidas na medida que se demonstre (pelo método experimental) que os recursos que a Universidade recebe são bem utilizados".

Waldir Rodrigues

Um vigoroso programa de capacitação dos funcionários é uma necessidade inadiável. A formação de pessoal administrativo para gerenciamento de projetos, a fim de liberar os pesquisadores para suas atividades específicas, é um ponto que precisa ser destacado.

Neste campo, há muito o que fazer: é urgente uma reformulação administrativa que melhore os trâmites burocráticos da Unicamp. É preciso premiar a eficiência, a dedicação, o bom desempenho. Práticas clientelísticas, política de favores, atos bajulatórios devem ser atitudes definitivamente abolidas na Unicamp.

Waldir — A maioria das estruturas atuais não funciona bem na Unicamp. Esta é a opinião da maioria. Devemos adequar a Unicamp para funcionar como a Fapesp, que pode gastar apenas uma porcentagem fixa e razoável de suas verbas em administração. Tal deverá vir a ser lei! A administração deverá ser reformada de acordo com o novo ponto de vista.

Qualquer outro tipo de reforma será ineficaz porque fará aumentar cada vez mais o número de funcionários sem real melhoria dos serviços prestados.

Em particular, o número de funcionários da Unicamp no momento me parece excessivo. De fato, o número de alunos e professores aumentou nos últimos oito anos em proporção muito menor ainda, se forem levadas em conta as contratações (serão todas necessárias?) para o funcionamento do Hospital de Clínicas e órgãos como o Caism, etc...

JU — Como o sr. avalia a Unicamp hoje, do ponto de vista institucional? Sua institucionalização já está consolidada ou ainda há questões que devem ser aprimoradas ou revistas?

Arruda — A autonomia é um fato novo, implicando a necessidade de um novo estatuto. A institucionalização da Unicamp, portanto, ainda não está consolidada. Isso acontecerá a partir da Estatuinte, que deverá definir direitos e deveres de forma bastante explícita. Uma universidade institucionalizada deve ter funcionários administrativos na administração e professores em atividades de ensino, pesquisa e extensão. Isso, infelizmente, ainda não ocorre na Unicamp. As pró-reitorias, diretorias, coordenações e departamentos ainda não têm execução orçamentária plena. O reitor de uma universidade autônoma tem novas responsabilidades gerenciais em relação a recursos, responsabilidades estas que deverão ser explicitadas pela Estatuinte.

Vogt — A Unicamp é hoje uma Universidade sólida do ponto de vista institucional, por isso não teme as mudanças que se fizerem necessárias para a justa adequação de seu estatuto e de seu regimento às ricas transformações e inovações que todos nós temos ajudado a fazer. No processo de institucionalização, além daqueles pontos que decorrerão das exigências da nova ordem constitucional e da Lei de Diretrizes e Bases, há outros que deverão ser objeto de discussão e modificação, como por exemplo os que dizem respeito aos conselhos departamentais e interdepartamentais. Penso também que, dado o desenvolvimento e a integração dos diferentes órgãos à institucionalidade, caso do Hospital de Clínicas, caso dos centros e núcleos, é importante que tenhamos em mente também a possível alteração da composição do Conselho Universitário. Outras reivindicações existem no sentido da ampliação do número de representantes de categorias, como é o caso dos funcionários. Tudo isso é factível, desde que essas alterações decorram de uma discussão ampla na comunidade, representem a vontade efetiva de todas as categorias, respeitem as conquistas democráticas já consolidadas — que não são poucas — e não decorram apenas de pressões de grupos isolados. Além disso, é fundamental que as alterações que se fizerem sejam efetuadas tendo em conta as metas que nos propomos alcançar, visando à solidez da instituição, à qualidade de seus serviços de apoio e, mais que tudo, à qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão. A este parâmetro da vida universitária é o que eu tenho chamado de pragmatismo ético.

Hermano — Foi excessivamente lento o processo de institucionalização da Unicamp: nem mesmo foram discutidas ou concretizadas muitas das questões e propostas colocadas nos últimos anos. É mister discuti-las.

Além da conclusão deste processo é urgente e indispensável elaborar um plano diretor para a Universidade, que fixe as grandes linhas de seu desenvolvimento. Como novos cursos, especializações, expansão de cursos existentes, áreas estratégicas/prioritárias, capacitação de pessoal, retreinamento e reciclagem, política para o corpo docente, coordenação com o governo, expansão da área física, diretrizes orçamentárias, itens principais de um orçamento plurianual, diretrizes administrativas, etc...

Este plano marcaria um momento em que a Universidade tomaria conhecimento do que ela efetivamente é e em que direção pretende evoluir. Proposto inicialmente por uma comissão de alto nível escolhida pelo Conselho Universitário (Consu), em torno da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Universitário, seria apreciado pelas unidades em seus conselhos e, finalmente, aprovado pelo Consu: seria periodicamente submetido a reapreciações.

Waldir — Necessariamente a Unicamp terá que se adequar à nova realidade em que vivemos. Aqui quero destacar alguns pontos. Primeiro: é intolerável, no meu ponto de vista, a atual composição do Conselho Universitário, que contém inúmeros membros que fazem simultaneamente parte do poder executivo e legislativo em nossa Universidade. E segundo: é imperioso desmontar a atual estrutura do HC dentro da Unicamp. É preciso definir o que é um hospital de prestação de serviço à comunidade e o que é um hospital-escola.

Em resumo, devemos buscar subsídios na comunidade acadêmica e na sociedade para que mudanças não resultem em detrimento da qualidade acadêmica, sendo este o verdadeiro interesse do povo. **(E.G.)**

Depois da maioridade, a autonomia

Com a USP e a Unesp, Unicamp conquista maior liberdade de ação.

A autonomia universitária é uma bandeira que sempre esteve presente nos movimentos reivindicatórios de estudantes, professores e funcionários. Nas universidades federais a excessiva dependência do Ministério da Educação não tem permitido que essas instituições definam seus destinos, quer a nível acadêmico, científico ou financeiro. As universidades estaduais paulistas, no entanto, já gozavam de uma relativa liberdade, embora do ponto de vista orçamentário estivessem sempre de chapéu na mão junto ao governo do Estado para a suplementação de suas despesas.

Com a nova Constituição brasileira, promulgada em 1988, o princípio da autonomia universitária foi finalmente conquistado. Na esteira do processo de redemocratização do País, o governador de São Paulo, antecipando-se até mesmo à elaboração da Constituição estadual, assinou no início de 1989 o Decreto-lei de nº 29.598, garantindo a autonomia orçamentária às três universidades paulistas (Unicamp, USP e Unesp).

A nova sistemática modificou inteiramente a administração da Unicamp, que passou a gerir seus próprios passos, aplicando e deslocando seus recursos de forma a contemplar com maior equilíbrio as dotações de suas Unidades. Dessa forma, as despesas começaram a ser efetuadas em função da receita. A única ameaça que ainda persiste sobre a autonomia conquistada é o fato da dotação orçamentária hoje destinada às universidades paulistas, de 8,4% da arrecadação do ICM do Estado depender de decreto governamental. Seja como for, o novo texto da Constituição federal, em seu artigo 207, do capítulo de Educação e Cultura, diz que "as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão". O mesmo princípio foi mantido na Constituição do Estado de São Paulo. No caso das federais, é necessário também a definição de uma receita específica para que a autonomia financeira se efetive.

Autogestão

Na condição de presidente do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp), o reitor da Unicamp teve participação decisiva na fixação dos índices percentuais para as universidades de São Paulo. Os estudos que fundamentaram a nova política orçamentária do governo do Estado para a USP, Unicamp e Unesp saíram de Campinas depois de ampla discussão. A fixação do percentual de 4,46% para a USP, 2% para a Unicamp e 1,94% para a Unesp levou em consideração os índices que vinham sendo aplicados nos últimos anos em função da especificidade de cada instituição.

O reflexo imediato para a Unicamp foi a possibilidade de, pela primeira vez, poder estabelecer a sua própria política salarial através de um planejamento anual. Dessa forma, a remuneração de seus docentes e funcionários não está mais vinculada ao funcionalismo estadual como um todo. A Unicamp tem agora a sua própria carreira funcional dentro de critérios que prevêem a promoção por mérito. Sanada a defasagem salarial da Universidade em relação ao mercado em geral — que vinha implicando perdas significativas de profissionais de diferentes áreas —, é possível agora exigir maior eficiência de seus servidores para o aprimoramento institucional.

Descentralização

A descentralização de poder, por sua vez, foi acompanhada da descentralização orçamentária. Depois de uma ampla discussão, estabeleceu-se, ao longo da gestão atual, uma alteração substancial na relação do orçamento da Reitoria com as Unidades. De uma maneira geral, a participação da Reitoria no orçamento geral da Universidade caiu de 72,42% para 52,2%, enquanto o das Unidades cresceu de 27,58% para 47,8%.

A evolução da participação das Unidades no orçamento da Unicamp representa, na prática, uma autonomia real dos diretores de faculdades e institutos para administrar seus próprios recursos. Com isso, as demandas específicas dos departamentos podem ser atendidas mais rapidamente em benefício do ensino e da pesquisa. A diminuição do orçamento da Reitoria em favor das Unidades não significa, no entanto, de acordo com o reitor, o seu enfraquecimento. Pelo contrário, Paulo Renato defende o fortalecimento da Reitoria na coordenação da instituição e no delineamento da política científica e acadêmica da instituição.

A autonomia acadêmica, por outro lado, ainda tem um longo caminho a percorrer. Atualmente, qualquer alteração para criação ou extinção de cursos deve ser aprovada pelo Conselho Federal de Educação. O Conselho, por sua vez, é regido pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que se encontra em fase de reestruturação para ser votada pelo Congresso Nacional. Nem mesmo mudanças estatutárias das universidades podem ir contra a LDB. Um exemplo disso é a questão da eleição direta para reitor, que não pode ser levada adiante sem uma alteração real na lei federal.

Seja como for, em relação às demais universidades do País, as estaduais paulistas desfrutam de uma autonomia muito próxima do texto constitucional. "Eu diria, se fosse fazer um diagnóstico", avalia o reitor Paulo Renato, "que o êxito das universidades paulistas, especialmente a USP e a Unicamp, está vinculado a dois fatores: autonomia e recursos. Ao mesmo tempo, serão estes fatores que irão permitir a superação, a passagem da situação atual para uma situação futura." **(G.C.)**

ORÇAMENTO PARTICIPAÇÃO DOS ÓRGÃOS CENTRAIS E DAS UNIDADES DESCENTRALIZADAS (%)

Ano	1986	1987	1988	1989
Reitoria	72,42	51,71	56,87	52,20
Unidades	27,58	48,29	43,13	47,80

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DA UNICAMP
PERÍODO: 1981 - 1989
(RECURSOS ESTADUAIS) EM US$ 1,00

Pós-graduação amplia seu prestígio

Número de teses cresceu quase 60% em relação ao quatriênio anterior.

A corrida pela formação sistemática de cientistas brasileiros conta, hoje, com a contribuição efetiva da Unicamp. Deflagrada há cerca de 20 anos, essa luta caminha com um forte aliado: os cursos de pós-graduação instalados em praticamente todo o País. Nesse setor a Unicamp vem apresentando avanços substanciais nos últimos quatro anos, com um aumento de 30% em seus cursos — 18 de mestrado e 10 a nível de doutorado — totalizando 122 opções em diferentes áreas. Igualmente, o número de teses defendidas na Universidade cresceu, nesse período, em 59% (mestrado) e 56% (doutorado), com 993 e 320 respectivamente, atingindo a marca das 1.313 teses.

Os cursos de pós-graduação na Unicamp, nas áreas de ciências exatas, biológicas e humanas, oferecem em seu conjunto 2.510 disciplinas. Dentre os cursos de mestrado avaliados pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Ensino Superior (Capes), órgão do Ministério da Educação, 70 receberam o conceito máximo "A", enquanto 73% dos de doutorado também mereceram esse conceito. Entre as Unidades da Unicamp que mais apresentaram teses durante a atual gestão, estão o Instituto de Biologia (IB), com 141 defesas, a Faculdade de Engenharia Elétrica com 102 e o Instituto de Física Gleb Wataghin (IFGW) com 99 teses defendidas, todas a nível de mestrado. Da mesma forma o recorde no volume de teses de doutorado defendidas fica para o IB, com 62, seguido pelo Instituto de Química (IQ) com 43 e o IFGW com 34.

Mudanças

A mais importante das inovações introduzidas nos programas de pós-graduação da Unicamp foi o término da exigência de acúmulo de um número fixo de créditos para a obtenção dos títulos de mestre e doutor. De acordo com o novo regimento da pós-graduação da Universidade, aprovado a 28 de junho de 1988, o currículo das atividades programadas para os alunos poderá ser individualizado, sendo o número de disciplinas e de créditos específico para cada estudante.

Além disso, esse currículo é proposto por um orientador responsável, de comum acordo com o estudante. Eliminou-se, portanto, a figura do orientador de programa, que existia ao lado da do orientador de tese, encarregado da elaboração de um programa, muitas vezes desvinculado do projeto de pesquisa do aluno. Outra mudança importante incluída no novo Regimento Geral é que o orientador de tese, dependendo do nível do aluno, poderá propor à Comissão de Pós-Graduação e à Congregação de sua unidade a dispensa desse estudante para cursar disciplinas obrigatórias na estrutura curricular do curso de pós-graduação ao qual ele estiver vinculado.

Os profissionais interessados em cursar uma pós-graduação na Unicamp contam com algumas facilidades adicionais, como a desburocratização no fluxo de documentos e no encaminhamento do processo, serviço que normalmente não é ofercido por outras instituições. A medida veio racionalizar e simplificar a trajetória dos documentos entre as coordenadorias e a Pró-Reitoria de Pós-Graduação. Com maior autonomia, essas coordenadorias decidem rapidamente sobre questões como transferências de estudantes, consolidação de créditos, homologação de licenças e designação de comissões julgadoras, entre outros assuntos acadêmicos.

A implantação da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, sob a direção do Prof. Bernardo Beiguelman, titular do Departamento de Genética Médica da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp, representou um importante avanço para o setor. Através desse órgão, a Universidade conseguiu sanar problemas como a colocação de verbas para despesas de viagens de professores convidados e outras instituições para a composição de bancas examinadoras de teses, de recursos para despesas com trabalhos de laboratório e de campo, além de uma profunda revisão no regimento dos programas e da redução da excessiva burocratização que existia no setor.

Bolsistas

No período entre 1986 e 1989, a Unicamp registrou um aumento de 38% no número de alunos regulares de pós-graduação, índice inferior à média de concessão de bolsas dos últimos dois anos, mensurada em 53%. Muitas bolsas foram distribuídas pela Universidade, com apoio do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico) e da Capes, com um acréscimo de 323% no fornecimento de bolsas de doutorado (de 31 para 131) e de mestrado (de 44 para 93), nos últimos quatro anos.

Além das bolsas regulares, a Universidade criou no início de 86 as "bolsas de socorro", concedidas emergencialmente a alunos que, em fase de conclusão de tese, aguardam deferimento para pedido de renovação de sua bolsa junto a instituições governamentais de apoio. Ainda em 86, os alunos de pós-graduação da Unicamp passaram a receber uma complementação em suas bolsas, tanto para as de mestrado como para as de doutorado. O incremento do número de bolsas e sua melhor remuneração têm sido fator fundamental para o desenvolvimento mais rápido das teses.

Essas pesquisas representam, muitas vezes, inovações importantes para o setor produtivo e para o conhecimento científico de um modo geral. Após a constatação de que o Brasil não havia alcançado a era da biotecnologia moderna, por extrema deficiência de pesquisadores com experiência em genética molecular, a Unicamp implantou essa área, empenhando-se no desenvolvimento de pesquisas em genética molecular e engenharia genética. A pós-graduação das áreas biológicas muito ganharão com isso.

Desse esforço resultou não apenas o funcionamento do Centro de Biologia Molecular e Engenharia Genética mas também a realização de cursos avançados, ministrados por professores estrangeiros convidados, que assistiram docentes e pós-graduandos da Unicamp e de outras universidades brasileiras no desenvolvimento de seus projetos de pesquisa. Os frutos desse esforço já estão sendo colhidos e podem ser constatados nos trabalhos atuais dos pesquisadores da Universidade nas áreas de genética médica, vegetal, de microorganismos e genética animal.

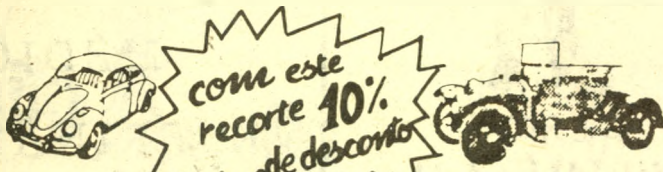
Apoio

Outras providências importantes foram tomadas pela Universidade, nos últimos quatro anos, como, por exemplo, a criação de uma Unidade de Apoio Didático para os pós-graduandos. O objetivo do órgão é facilitar a produção de impressos e recursos audiovisuais, a preparação dos catálogos de normas de pós-graduação, de catálogos de teses defendidas na Unicamp e a informatização dos cursos de pós-graduação, que facilitará o acompanhamento e a avaliação dos mesmos pela Capes. Além dessas medidas a Pró-Reitoria de Pós-Graduação implantou uma nova linha de pesquisas em biometalurgia na Unicamp, com a criação de uma disciplina de pós-graduação na área.

Outra medida tomada pela Universidade, na atual administração, foi a de regulamentar a dispensa dos pós-graduandos que são professores da Unicamp de suas atividades docentes, para que possam dedicar-se à preparação de suas teses de mestrado ou doutorado. Atualmente, cerca de 54 docentes usufruem de bolsas para freqüentar cursos de doutorado (131) ou de mestrado (23) em outras instituições nacionais (91) ou estrangeiras (63). A maior parte dos bolsistas no exterior procede das áreas de ciências exatas (69,8%), seguindo-se as de ciências humanas (22,2%) e ciências biológicas (7,9%). (L.C.V.)

AVALIAÇÃO DA CAPES

UNIDADES	CURSOS (M = MESTRADO ; D = DOUTORADO)	AVALIAÇÃO M	AVALIAÇÃO D
	Ciências Exatas		
IMECC	Matemática (M , D)	A	B
	Estatística (M)	A	-
	Ciência da Computação (M)	B	-
	Matemática Aplicada (M)		
	. Área de Análise Aplicada	A	-
	. Área de Otimização e Pesquisa Operacional	A	-
IFGW	Física (M , D)	A	A
IQ	Química (M , D)		
	. Área de Química Inorgânica	A	A
	. Área de Química Analítica	A	A
	. Área de Físico-Química	A	A
	. Área de Química Orgânica	A	A
FEA	Tecnologia de Alimentos (M , D)	A	B
	Engenharia de Alimentos (M , D)	A	A
	Ciência de Alimentos (M)	A	-
	. Área de Bioquímica (D)	-	A
	. Área de Química (D)	-	A
	. Área de Microbiologia (D)	-	A
	* Ciência da Nutrição (M , D)	SCR	SCR
FEL	* Engenharia Civil (M)		
	. Área de Recursos Hídricos e Saneamento	SC	-
	. Área de Geotecnia	SC	-
FEC	Engenharia Mecânica (M , D)	-	-
	. Área de Mecânica dos Sólidos	A	A
	. Área de Materiais e Processos	A	A
	. Área de Térmica e Fluídos	A	A
	Engenharia Química (M , D*)	-	SC
	. Área de Desenvolvimento de Processos (M)	B	-
	* Curso Interdisciplinar de Planejamento de Sistemas Energéticos (M)	SC	-
	* Engenharia de Petróleo (M)	SC	-
FEE	Engenharia Elétrica (M , D)		
	. Área de Automação	A	A
	. Área de Eletrônica e Comunicações	A	A
Feagri	* Engenharia Agrícola (M)	A*	-
IG	* Geociências (M)		
	. Área de Administração e Política de Recursos Minerais	SRC	-
	. Área de Metalogênese	SRC	-
	Política Científica e Tecnológica (M)	SRC	-
	Ciências Biológicas		
FOP	Odontologia		
	. Área de Biologia e Patologia Buco-Dental (M , D)	B	SC
	. Área de Farmacologia (M , D)	A	A
	. Área de Ortodontia (M , D)	SC	SC
	. * Área de Radiologia	B	-
	. * Área de Materiais Dentários (M)	B	-
	. * Área de Fisiologia e Biofísica do Sistema Estomatognático (M)	SC	-
	* Odontologia Legal e Deontologia (M)	SC	-
FCM	Medicina (M , D)		
	. Área de Cirurgia Geral	C	C
	. Área de Saúde Mental	C	C
	. Área de Medicina Interna	C	C
	. Área de Saúde Coletiva	C	C
	. Área de Tocoginecologia	C	C
	* Saúde Mental (M , D)	SC	SC
	* Farmacologia (M)	SC	-
	* Pediatria (M , D)	SC	SC
	* Cirurgia (M , D)	SC	SC
	* Anatomia Patológica (M , D)	SC	SC
IB	Ciências Biológicas		
	. Área de Imunologia (M , D*)	C	E
	. Área de Ecologia (M , D)	A	A
	. Área de Biologia Vegetal (M , D*)	A	A
	. Área de Genética (M , D)	A	A
	. Área de Fisiologia (M)	A	-
	. Área de Biologia Celular (M)	B+	-
	. * Área de Bioquímica (M , D)	SC	SCR
	. * Área de Parasitologia (M , D)	SC	SC
FEF	* Educação Física (M)	SC	-
	Ciências Humanas		
IFCH	História (M , D*)		
	. Área de História Social do Trabalho (M , D*)	A	SC
	. Área de História da Arte e da Cultura (M)	A	-
	Antropologia Social (M)	A	-
	Sociologia (M)	B	-
	Ciência Política (M)	B	-
	Lógica e Filosofia da Ciência (M , D)		
	. Área de Filosofia Política	A	A
	. Área de Lógica e Epistemologia	A	A
	Ciências Sociais (D)	-	A
IEL	Linguística (M , D)	A	A
	Letras (M , D)		
	. Área de Teoria Literária (D*)	A	SCR
	Linguística Aplicada (M)	SCR	-
FE	Educação		
	. Área de Filosofia e Historia da Educação (M , D)	A	A
	. Área de Psicologia Educacional (M , D)	A	A
	. * Área de Administração Educacional (D)	-	SC
	. Área de Administração e Supervisão Educacional (M)	A	-
	. * Área de Ciências Sociais Aplicadas à Educação (M)	A	-
	. Área de Metodologia do Ensino (M , D)	A	A
IA	Multimeios (M)	B+	-
	Artes (M)	SCR	-
IE	Ciências Econômicas (M , D)	A	B
	* Economia do Setor Público (D)		
	. Área de Política Industrial	-	SCR
	. Área de Política Agrícola	-	SCR
	. Área de Política Social	-	SCR

Conceitos: A - Recomendável; B - Adequado; C - Suficiente; D - Aceitável; E - Precário.
(SC = aguardando avaliação; SCR = recomendado mas ainda sem conceito; * = aguardando credenciamento do Conselho Federal de Educação).

Vestibular inova e se torna modelo

Com a reforma, o velho sistema das cruzinhas entra em crise no País.

A Unicamp deu um salto qualitativo importante ao implantar o seu próprio vestibular em 1987. O primeiro passo dessa mudança foi a desfiliação da Fuvest — Fundação Universitária para o Vestibular —, órgão que vinha realizando há dez anos os exames de acesso à Universidade. Mudar por mudar, apenas, não era a razão dessa nova etapa. Entre as decisões tomadas, uma das mais importantes foi a eliminação dos testes de múltipla escolha. A Comissão Permanente para os Vestibulares (Convest) criada para implantar o sistema aboliu as cruzinhas e optou francamente pelas questões dissertativas passando a exigir maior capacidade de reflexão dos candidatos e permitindo que a Universidade, a partir daí, definisse melhor o perfil do aluno que deseja.

De acordo com o coordenador do vestibular da Unicamp, Jocimar Archangelo, o objetivo da iniciativa foi passar a "avaliar a capacidade do candidato de organizar suas idéias". Para isso as questões dissertativas, são indispensáveis por exigirem articulação de idéias e boa redação, fatores dominantes na primeira fase. Exigir do vestibulando nota cinco na primeira fase, independente da relação candidato/vaga, foi outra mudança importante. Com o tempo novas modificações se efetuaram, tendo por base os estudos que cada nova prova mostrava.

Passados quatro anos e cinco vestibulares — em 88 aconteceram dois — os números confirmaram os efeitos benéficos da mudança. No primeiro vestibular realizado pela Universidade, o número de inscritos não ultrapassou 13.260. Este ano eles chegaram a 35.671, que representa um aumento de 170%, média bastante superior ao de outras universidades. Consta ainda da planilha outro fato que coloca a Unicamp na vanguarda dos exames vestibulares. A relação candidato/vaga, que era de 9/1 em 87, atinge agora o patamar de 22/1, índice que faz da Unicamp a universidade mais concorrida do País.

Vestibular Nacional

O trabalho de mudanças no vestibular não parou aí. O passo seguinte foi de natureza geográfica: não só as inscrições, mas também os exames passaram a ser realizados nacionalmente. A decisão baseava-se no princípio de que, sendo a Unicamp uma instituição nacional na pós-graduação, onde 45% de seus alunos vêm de outros Estados, deveria passar a sê-lo também na graduação. Hoje os exames são simultaneamente realizados em quatro capitais — São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Curitiba —, além de Campinas e outras nove cidades do interior paulista.

O aumento do número de inscritos comprova que a nacionalização foi uma medida certa. Em relação ao vestibular-89, o deste ano revelou que no Rio de Janeiro ocorreu um crescimento real de 42% no número de inscritos — o mais significativo em relação às demais regiões. Em São Paulo esse aumento foi de 30%, enquanto em vestibulares de outras universidades brasileiras os índices não ultrapassaram a marca de 5%.

Análise crítica

Segundo Archangelo, há uma preocupação constante no sentido de orientar professores e estudantes e analisar criticamente o vestibular em relação ao cumprimento das propostas iniciais. Na prática é o que tem ocorrido. No primeiro vestibular organizado pela Unicamp — visando aos futuros alunos de 87 —, o candidato podia optar no ato da inscrição por até cinco cursos. No vestibular-90 o número foi reduzido a uma única opção. E ainda ficou estabelecido que alunos já matriculados em algum curso da Unicamp, caso se submetessem novamente ao vestibular e passassem, teriam de optar entre um curso e outro. De 87 a 89, também o número de vagas oferecidas aumentou: de 1.380 para 1.635, significando um acréscimo de 18,5%.

As novidades implementadas pela Universidade vão mais longe. De acordo com o projeto original, o trabalho estendeu-se às escolas das redes públicas e privada. É o caso das 14.500 escolas de 2º grau de dez Estados do Brasil que receberam no ano passado os manuais do candidato, afora os mais de 45 mil vendidos a interessados. Estas mesmas escolas estão recebendo, para avaliação, as provas do vestibular-90. Pelo menos 5% do público atingido dá retorno à Universidade através de sugestões e opiniões, subsídios importantes para a Comissão Permanente.

Afora essa avaliação constante — a cada ano é ampliado o universo das escolas que recebem o manual e as provas —, a comissão realiza freqüentes reuniões com os representantes do Sindicato dos Professores de Campinas, da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas do Estado de São Paulo e da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, afora os encontros internos com professores da própria Unicamp.

Mais que a novidade de um exame diferenciado, o vestibular da Unicamp preocupa-se também em agir retroativamente sobre o ensino de 1º e 2º graus. Esse fator vem sendo mantido sob observação desde o primeiro vestibular. Repassar a experiência e incorporar idéias novas também são objetivos dos seminários promovidos pela Universidade. Um deles ocorreu em 87, com a participação de 35 representantes das mais importantes instituições de ensino superior do Brasil. A implantação de modelos semelhantes ao da Unicamp tem ocorrido em diversos lugares. A primeira instituição a adotar o novo sistema foi a Universidade Federal do Rio de Janeiro. A Fuvest também promoveu alterações em suas provas adotando questões dissertativas na segunda fase do seu vestibular. **(R.C.)**

Procura cresceu 170% nos últimos quatros anos.

DESEMPENHO DO VESTIBULAR NO PERÍODO 1986-90

	1987	1988	1989	1990
Número de vagas	1380	1575	1615	1635
Número de candidatos	13260	29988	30932	35671
Relação Candidato/Vaga	9,5/1	19/1	19,2/1	21,8/1
Número de cursos	30	35	36	36
Número de cidades (inscrições)	9	18	23	15
Número de cidades (provas)	9	12	15	14

Graduação cumpriu o seu papel

Investiu-se alto no reequipamento dos laboratórios de ensino.

Uma nova filosofia para o ensino de graduação da Unicamp está sendo implantada pela Universidade, visando à melhoria didática e ao aprimoramento dos cursos existentes. Mais de duas décadas após sua criação, a instituição promoveu, através da Pró-Reitoria de Graduação, um amplo levantamento dos pontos críticos, quer ao nível da relação professor-aluno, quer ao nível curricular e dos recursos disponíveis para a área. Detectados os problemas através do documento "Diagnóstico e Diretrizes", o pró-reitor de graduação, prof. Mário Antunes Sette, iniciou a reformulação do sistema de graduação da Universidade que só poderá ser concluída — tal a magnitude das reformas propostas — na próxima administração. O prof. Sette acha imprescindível a formulação de uma política nacional para a graduação a exemplo do que já existe para a pós-graduação.

O primeiro e decisivo passo para o aperfeiçoamento dos cursos de graduação da instituição foi o investimento maciço nos laboratórios de ensino, praticamente inexistentes. Com financiamento da Finame foram aplicados US$ 2 milhões no reequipamento dos laboratórios de ensino e outros US$ 2,5 milhões já foram alocados para o mesmo programa ao longo do ano de 1990. A redução da carga horária existente, considerada pesada em função das exigências do Ministério da Educação, e a reformulaçõ curricular para melhor adequação ao mercado e à demanda de uma formação mais universal — pontos essenciais indicados pelo documento — só poderão sair do papel a partir da elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em discussão no Congresso Nacional. A atual LDB, que data dos anos 60, é considerada anacrônica e precisa ser substancialmente alertada para entrar em consonância com a autonomia didática prevista pelas novas constituições Federal e Estadual.

Novo modelo

A reforma do vestibular da Unicamp, com a extensão dos exames de múltipla escolha e sua troca pelas provas dissertativas, reflete bem a preocupação da administração atual em traçar um novo perfil para seus alunos de graduação e, conseqüentemente, para seus cursos. A avaliação do ensino, no que tange ao conteúdo das disciplinas ou à própria didática na sala de aula e nos laboratórios, já vinha sendo discutida pela instituição, de maneira informal, em alguns de seus cursos. Esse trabalho foi sistematizado pela Pró-Reitoria de Graduação através do I Seminário sobre Ensino de Graduação da Unicamp, realizado de 30 de maio a 1º de junho de 1989, com a participação dos professores e dos alunos.

O resultado do seminário, apontado por seu documento final, coincidiu com os pontos críticos já previamente detectados pelo diagnóstico, corroborando assim o caminho a ser trilhado para o aperfeiçoamento de seus cursos. Valorizar o trabalho do docente na sala de aula e conciliar o ensino à pesquisa, através da implementação da iniciação científica e nível de graduação, são questões consideradas essenciais para que os cursos da Unicamp adquiram o nível de excelência conseguido pelos da pós-graduação. A modernização e a ampliação da bibliografia disponível para a graduação em língua portuguesa, para a complementação da formação geral dos alunos, foram também incrementadas na atual gestão, que sugere ainda o apoio da Universidade na elaboração de livros-textos por docentes da própria instituição para reduzir a dependência da literatura estrangeira.

Unicamp propõe uma política nacional para a graduação.

Ampliando o leque de cursos oferecidos pela instituição, o período de 1986 a 1990, além de consolidar os cursos existentes, criou novas ofertas de bacharelado, algumas das quais inéditas no País. Este é o caso do curso de Música Popular. Criou-se também o curso de graduação em Filosofia, atendendo assim a uma demanda específica de mercado. Para atender ao novo perfil de profissionais na área de informática, a Unicamp reformulou cursos já existentes e implantou já no vestibular de 1989 o curso de graduação em Engenharia de Computação. No decorrer deste ano deverá instalar-se um curso emergencial de licenciatura Esquema I, destinado a professores do Colégio Técnico da Unicamp, assim como para os dos cursos de Tecnologia Mecânica, Elétrica e de Computação.

Ensino noturno

O funcionamento, no ano de 1988, do bacharelado de Matemática à noite, demarcou o início do processo de implantação dos cursos noturnos de graduação — previsto no programa de governo da administração Paulo Renato. Outros cursos estão sendo programados para começar a ser dados à noite, o que atende aos anseios das comunidade. Além disso, a determinação das constituições Federal e Estadual que prevêem para o ensino superior público a obrigatoriedade da oferta de 30% de suas vagas no período noturno, num prazo de dois anos após a promulgação da Constituição Estadual.

Outras alterações

Ainda durante a administração atual, a Pró-Reitoria de Graduação promoveu no ano passado a transferência do curso de Engenharia Civil, até então ministrado no município de Limeira, para o campus da Universidade de Barão Geraldo. A decisão atendeu a antiga reivindicação dos alunos e de parte do corpo docente da Faculdade de Engenharia Civil e possibilita a integração dos estudantes com os das demais engenharias existentes, para um intercâmbio didático e científico entre essas áreas afins.

No âmbito propriamente administrativo, foram fixadas regras específicas para a integralização dos cursos pelos alunos. A inexistência de uma legislação clara permitiria que alguns alunos permanecessem na Universidade por períodos de até dez anos em cursos que deveriam ser completados em quatro ou cinco anos, em prejuízo da abertura de novas vagas. Os novos prazos estão sendo reduzidos gradualmente, até atingir o limite considerado razoável pelo Conselho Universitário.

Os serviços de monitoria oferecidos por alunos aos professores nas salas de aula também foram normalizados, com a implantação de processos seletivos organizados por unidade de ensino. Questões pendentes referentes ao Programa Estudante-Convênio (PEC), que atende aos alunos estrangeiros, também foram regulamentadas pela Pró-Reitoria.

Moradia estudantil

A implantação do programa de moradia estudantil foi outra importante decisão da área cumprindo, assim, outro compromisso da administração. A construção da moradia estudantil em Barão Geraldo, em área próxima ao campus, representa uma nova relação da instituição com seus alunos de graduação. O conjunto residencial que atenderá a 1.500 alunos, num total de 250 unidades, das quais 120 já entregues, foi projetado pelo Núcleo de Desenvolvimento e Criatividade da Universidade (Nudecri) dentro de parâmetros até então inexistentes em moradia estudantil. O conjunto além das casas com 68 m2 cada para abrigar até quatro pessoas, inclui 14 salas de estudo e quatro centros de vivência, o que transformará a moradia estudantil da Unicamp numa extensão da própria Universidade. (G.C.)

Cresce importância regional do HC

Unicamp é hoje peça fundamental no sistema de saúde da região.

Nos últimos quatro anos, o papel da Unicamp na assistência à saúde apresentou significativa evolução. O Hospital das Clínicas (HC), por exemplo, inicialmente idealizado para ser um hospital-escola de relevância social, transformou-se em referência para uma região de quase uma centena de municípios, abrangendo quatro milhões de pessoas. Os investimentos aplicados no complexo hospitalar possibilitaram à instituição ser reconhecida como um dos principais pólos de atendimento médico do Estado de São Paulo, onde são realizadas sofisticadas cirurgias, exames laboratoriais precisos, além de consultas envolvendo profissionais de 140 especialidades médicas.

Dados estatísticos registrados a partir de 1986 evidenciam a dinâmica e a evolução do atendimento no HC. O número de leitos foi ampliado de 264 para 354. O movimento anual de internações saltou de 6.922 para 11.214, assim como as consultas passaram de 240.234 para 318.722. Os exames clínicos aumentaram de 324.114 para 716.858 e as cirurgias de 4.222 para 7.430. Atualmente são realizadas em média 30 mil consultas ambulatoriais por mês, 60 mil exames apenas no Laboratório Central e ainda 300 atendimentos diários no Pronto-Socorro.

Para comportar o aumento da demanda, vários setores foram ampliados, reequipados, novas rotinas e técnicas foram implantadas. Nesse período de quatro anos um total de 83 equipamentos de grande, médio e pequeno portes foram comprados por intermédio de um protocolo franco-brasileiro, pela Fundação para o Desenvolvimento da Unicamp (Funcamp) e ainda junto ao Eximbank. Um exemplo é o bisturi eletrônico para o Centro Cirúrgico, setor que depois de ampliado registrou o aumento de 57,9% das cirurgias realizadas em 1988 e de 33,1% em 1989.

Novos exames

A aquisição de equipamentos possibilitou ao hospital não ficar à mercê de serviços de terceiros para a realização de determinados exames sofisticados. A compra do aparelho de ecocardiografia viabilizou a realização de 40 exames semanais, assim como o equipamento de cateterismo cardíaco, com o qual foram feitos no ano passado 186 exames. Para outros procedimentos especializados foram adquiridos um laser de CO2 e a câmara hiperbárica, a ser utilizada em pacientes com infecções por microorganismos anaeróbicos, como vítimas de queimaduras, e também para o tratamento de intoxicação por monóxido de carbono.

Neste início de março entra em funcionamento outro equipamento complexo: o tomógrafo computadorizado. Avaliado em US$ 1 milhão, será o primeiro oferecido em um serviço público da região e permitirá a realização de exames em 20 pacientes por dia, atendendo a todas as especialidades médicas. Essas passaram a contar, nos últimos anos, com o suporte de novos laboratórios nas áreas de patologia clínica, toxicologia, Aids/hepatite e endocrinologia. Com esses órgãos duplicou-se o número de exames e, conseqüentemente, melhorou o atendimento ambulatorial. Nos diversos ambulatórios também ocorreram mudanças significativas, como a realização de cirurgias que evitam a internação. É o caso da cirurgia de catarata - são realizadas oito diariamente.

Aprimorar o serviço

Fato que também demonstra a reorganização e descentralização do HC é a instalação do Ambulatório de Primeiro Atendimento (APA), que direciona para os vários ambulatórios o fluxo de pacientes. Com a reestruturação do hospital, esses deixaram de enfrentar as filas de espera para consultas, cirurgias e exames. "A demanda principal agora é de casos referenciados", afirma o superintendente do HC, Fernando Lopes Gonçales.

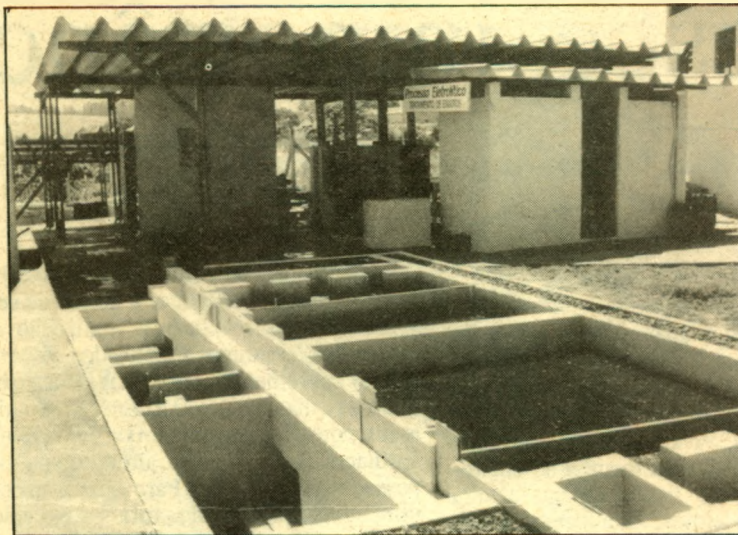
Junto com o crescimento do hospital e o ajustamento das instâncias administrativas, o leque de serviços oferecidos à comunidade passou a ter como aliado o programa de informatização do HC, com 67 sistemas em várias áreas. O computador IBM 4381, adquirido pela Universidade, será interligado ao computador central da Unicamp, permitindo o agendamento de consultas e procedimentos, assim como um melhor controle no serviço de vigilância epidemiológica, por exemplo. Serão utilizados 20 microcomputadores, dez impressoras, processadores de comunicação e outros periféricos. Nos serviços de controle de compras, almoxarifado e de faturamento do convênio com o Inamps já são usados recursos computacionais.

Padrão para a OMS

Vários programas desenvolvidos pela Faculdade de Ciências Médicas (FCM) e o HC tiveram ressonância nacional. Um deles mereceu o reconhecimento da Organização Mundial da Saúde (OMS) e é o primeiro hospital brasileiro inteiramente voltado para a mulher: o Centro de Assistência Integral à Saúde da Mulher (Caism). Criado em 1986, com 30 leitos — hoje são 182 —, o Caism apresenta um movimento mensal de 760 internações, 4.500 consultas e 4.000 procedimentos médicos.

Especialistas do Caism têm prestado também assessoria técnica na implantação de centros multiplicadores e apóiam as linhas de pesquisa relacionadas com a atenção primária em saúde. Outra unidade do complexo hospitalar que se tornou modelo nos últimos anos é o Hemocentro. A nível regional, é responsável pelo controle sorológico de 118 cidades, compreendendo seis milhões de habitantes. O desdobramento de seu trabalho a nível nacional começou há dois anos. Com o respaldo do Ministério da Saúde, os diretores do Hemocentro passaram a coordenar as ações de hemoterapia do País. **(C.P.)**

O HC da Unicamp: atendendo a uma região de quatro milhões de pessoas.

A casa popular da Unicamp: projeto que deu certo.

O esgoto eletrolítico: para pequenas comunidades.

Mais perto do coração do povo

Através da prestação de serviços, Unicamp rompe a tradição da torre de marfim.

Durante muitos anos as universidades públicas brasileiras foram consideradas, com alguma razão, verdadeiras torres de marfim em relação à sociedade. Esse comportamento não contribuía em nada para a compreensão adequada do papel da universidade no desenvolvimento científico e tecnológico do País, além de impedi-la de atuar como centro de reflexão crítica sobre os rumos da Nação. Ao longo dos últimos anos, no entanto, as instituições de ensino superior começaram a repensar seu papel e descobriram que era essencial estabelecer uma ponte com a comunidade.

A mudança de postura da academia vem se refletindo no apoio direto à população, que por sua vez passou a conhecer mais de perto o trabalho da universidade e a perceber seus benefícios sociais. Mantidas pelos impostos pagos pelos cidadãos, é natural que o percurso escolhido pelas universidades seja justamente o da prestação de serviços e o do incremento das pesquisas aplicadas, sem deixar de lado as pesquisas básicas. Além de formar profissionais em diferentes áreas do conhecimento e pesquisadores em geral, as instituições de ensino superior do País começaram a atuar diretamente sobre a sociedade. A Unicamp é uma das universidades públicas que mais tem se preocupado com isso. Essa nova filosofia de trabalho foi colocada em prática já desde o seu nascimento, em 1966, mas teve um impulso notável após a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, no início da gestão de Paulo Renato Souza.

Interação Social

Numa universidade como a Unicamp, com cerca de 3.300 pesquisas em andamento e larga potencialidade em suas relações com a comunidade, não foi difícil iniciar um trabalho de extensão. Na verdade, se houve algum obstáculo foi o de saber por onde começar, tal a oferta de serviços possíveis de serem repassados à comunidade. Diante dessa complexidade, optou-se por atuar simultaneamente em diferentes frentes, quer no âmbito cultural, científico, acadêmico, e de prestação de serviços, que até mesmo em consultorias diferenciadas.

Pelo perfil construído e a credibilidade adquirida, quer no setor público quer no privado, é possível afirmar que, nos últimos quatro anos, a Unicamp foi a universidade brasileira que mais buscou interagir com a comunidade. Suas relações com a comunidade local, estadual, nacional e até internacional multiplicaram-se de tal maneira que nem sempre foi possível atender a toda a demanda. Isso vem acontecendo, por exemplo, com a área de habitação e de saneamento.

A partir de protótipos habitacionais de baixo custo e de fácil construção desenvolvidos pelo Laboratório de Habitação da Unicamp, prefeituras de cidades de diferentes estados brasileiros, tais como o Rio de Janeiro, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Sul, Pernambuco e São Paulo assinaram convênios com a Universidade para o repasse de tecnologia de construção. Mais de 1.000 casas já estão sendo construídas, Brasil afora, com base no modelo da Unicamp. O mesmo acontece com o processo de tratamento de esgoto por eletrólise projetado pelo Escritório Técnico de Construções da Universidade (Estec) e testado originalmente, com sucesso, no Hospital das Clínicas da Universidade. Trata-se de um projeto inovador e de baixo custo que permite a purificação em alto grau de efluentes. É considerado ideal para atender a pequenas comunidades de até 20 mil habitantes.

Integração com a saúde

O modelo de Parque Ecológico, que atendeu nesses quatro anos 18 prefeituras e 12 órgãos públicos e empresas particulares para projetos de arborização e recuperação vegetal, levantamento florístico e cessão de mudas, é um bom exemplo de repasse de serviços aos municípios paulistas. A orientação de programas de alimentação também atingiu várias prefeituras da região.

Na área de saúde, a integração da Unicamp com a comunidade não tem sido diferente. Além do atendimento realizado pelo Hospital das Clínicas, que se integrou ao Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (Suds), programa do Ministério da Saúde, a cooperação técnica e científica foi intensificada com as prefeituras da região. O convênio da Universidade com um consórcio de 16 municípios da região paulista de São João da Boa Vista, para a instalação de um hospital regional na cidade de Divinolândia, é um exemplo típico de integração. O Estec orienta na arquitetura e na construção do prédio hospitalar, o Centro de Engenharia Biomédica na compra e manutenção do equipamento hospitalar e os médicos da Faculdade de Ciências Médicas (FCM) no atendimento e formação de recursos humanos.

No âmbito da FCM, notório é o trabalho desenvolvido pelo Departamento de Oftalmologia junto às prefeituras paulistas. Campanhas de prevenção à cegueira e catarata, acompanhadas de tratamentos específicos, têm sido uma constante. O treinamento de funcionários de postos de saúde é parte integrante desse serviço, cujo objetivo principal é a erradicação da catarata. O programa conta com o apoio internacional da Organização Mundial de Saúde (OMS) e da Fundação Americana Helen Keller.

Atendimento odontológico

O Brasil é reconhecidamente um país de desdentados, além de detentor de um dos maiores índices de cáries por pessoa. Diante dessa realidade, a Unicamp assumiu a sua cota de responsabilidade para minorar o quadro dos problemas odontológicos. Através da Faculdade de Odontologia de Piracicaba foram assinados convênios com centros de saúde de Campinas, Piracicaba e Paulínia para atendimento odontológico ambulatorial.

Os deficientes físicos não foram esquecidos. Através dos técnicos do Centro de Reabilitação "Gabriel Porto" e dos médicos da FCM, crianças portadoras de deficiência sensorial e da síndrome de Down vêm sendo atendidas sistematicamente. O mesmo acontece com crianças e adultos com deformidades craniofaciais adquiridas através de queimaduras, acidentes, doenças malignas ou por herança genética. Através de cirurgias plásticas realizadas por especialistas da FCM, em convênio com a Sociedade Brasileira de Pesquisas e Assistência para Reabilitação Craniofacial (Sobrapar) — que acaba de instalar ao lado do HC da Unicamp o único hospital do gênero no mundo — essas pessoas são reintegradas à sociedade.

Com o Brasil ocupando o segundo lugar no ranking mundial em número de portadores de Aids, a Unicamp deu início em abril de 1989 a um amplo programa educativo visando ao esclarecimento da comunidade interna e externa sobre os riscos de aquisição da doença. O "Projeto Aids" da Universidade implica também na existência de leitos especiais para o tratamento das pessoas que já adquiriram a doença.

Setor produtivo

A política de aproximação com o setor produtivo do País para o desenvolvimento conjunto de produtos tecnológicos e pesquisas básicas visando à redução da dependência externa nas diferentes áreas foi um dos pontos de destaque no quatriênio 1986-90. Saindo à frente das demais universidades brasileiras, a Unicamp realizou no período de 4 a 10 de agosto de 1988 uma Feira de Tecnologia destinada à indústria e à população em geral.

Durante a Feira, que atraiu cerca de 70 mil visitantes para os 60 estandes montados no campus da Unicamp, empresários de diferentes ramos do setor produtivo do País puderam ver de perto os produtos desenvolvidos pelos laboratórios da Universidade em condições de serem repassados para a indústria, assim como de conhecer todo o potencial de pesquisa da instituição. O sucesso da iniciativa foi de tal ordem que houve um desdobramento natural da Feira. Ela foi levada em seguida para o Rio de Janeiro, junto com a Feira Nacional de Informática.

Quase um ano depois, em outubro de 1989, a Unicamp, em conjunto com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) e o Instituto Roberto Simonsen, iniciou uma série de *workshops* tecnológicos com o mesmo objetivo. Enquanto na Feira de Tecnologia, aberta ao público em geral, a Universidade deu uma mostra de sua produção científica e tecnológica em diferentes setores, nos *workshops* foi possível uma exposição mais detalhada por área para os empresários. Só recentemente os representantes do setor industrial do País perceberam a importância de uma atuação conjunta das instituições de pesquisa com o setor produtivo para a conquista de uma tecnologia autóctone.

O exercício da reflexão

Se a Unicamp deu importantes passos para a prestação de serviços à comunidade e nas suas relações com a indústria, não deixou de lado seu papel de centro de reflexão sobre a sociedade brasileira, quer nos seus aspectos internos que nas suas relações internacionais. A academia é, por tradição, o ambiente adequado para as discussões conjunturais e de prospecção dos problemas nacionais.

Consciente desse papel, a Universidade realizou de julho de 1988 a abril de 1989 uma série de seminários intitulada "Brasil Século XXI". O objetivo não era só discutir os problemas imediatos vividos pelo País, mas também apontar possíveis saídas para a década final do milênio. Os seminários foram divididos em cinco módulos que tentaram contemplar áreas temáticas abrangentes dos problemas que mais afligem a sociedade brasileira: "As perspectivas da economia" "Ciência e tecnologia na sociedade tecnológica", "Cultura, produção e representação simbólica na sociedade" e "Política e sociedade no Brasil: tendências e perspectivas".

O ciclo de seminários conquistou o prêmio de melhor evento do ano, conferido pela Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA). Os debates, graças à profundidade de suas abordagens e aos especialistas brasileiros e estrangeiros que deles participaram, obtiveram grande repercussão nacional e internacional. Nomes como Alain Touraine, Claus Offe, Alexander Znoviev, Adam Przeworski, Barbara Stallings, Alessandro Pizzorno, Edgar Morin, Perry Anderson (estrangeiros) e Marilena Chauí, Antonio Candido, Gabriel Cohn, Hélio Jaguaribe, Florestan Fernandes, Celso Furtado, Francisco Weffort, Henrique Rattner, Maria Conceição Tavares, Mário Henrique Simonsen (brasileiros), entre outros nomes de igual envergadura, participaram dos seminários. **(G.C.)**

Os vários braços da política cultural

Como o ensino e a pesquisa, o desenvolvimento de uma política cultural é parte integrante e essencial de um programa universitário. A Unicamp, durante a gestão atual, implementou uma série de novos projetos culturais e aprimorou os existentes. Veja abaixo os principais deles:

***Acervos** — Uma política de preservação da memória nacional através da aquisição de acervos relevantes para a história brasileira foi uma das prioridades da instituição. Através do Centro de Memória e do Arquivo Edgard Leuenroth, acervos importantes foram incorporados à Universidade. Alguns deles são os do ensaísta Antonio Candido de Melo e Souza, do filólogo Alexandre Eulálio Pimenta da Cunha e do historiador Peter Eisenberg, além de coleções documentais do Teatro Oficina, Ibope, Projeto "Brasil Nunca Mais", "Comitê Brasileiro de Anistia, Partido Comunista do Brasil", entre outros.*

***CDMC** — O prédio da Biblioteca Central da Unicamp abriga desde outubro do ano passado o Centro de Documentação de Musica Contemporânea (CDMC). O acervo, que reúne cerca de duas mil partituras (500 já à disposição do público), é único na América Latina. A instalação do CDMC na Unicamp foi possível através de convênio assinado com a matriz do CDMC localizada na cidade de Neuyle, na França, em 1988. Além da França e do Brasil, apenas as cidades de Tóquio, no Japão, e de Brêmen, na Alemanha, detêm o mesmo acervo.*

***"Aquarelas do Brasil"** — O projeto "Aquarelas do Brasil" teve início na atual administração com o objetivo de transformar a Universidade num centro cultural organizador de shows musicais e peças teatrais de nível nacional, contribuindo assim com a vida cultural da cidade de Campinas. Passaram pela Unicamp artistas como Chico Buarque de Holanda, Milton Nascimento, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Paulinho da Viola, o violinista francês Jean Luc Ponty e o tecladista americano Chick Corea.*

***Artista Residente** — A implementação do "Programa do Artista Residente" foi outra realidade do período. Por um período de quatro a seis meses, artistas, intelectuais, pintores, escritores como Alberto Benteumuller, Fernando Moraes, Rodolfo Konder, Rui Castro, Lauro Escorel, Zulmira Ribeiro Tavares e José Paulo Paes, interagiram com a comunidade universitária.*

***Extensão** — Dentro da filosofia de abrir as portas da Universidade para o público em geral, foi criado no final do ano passado a Escola de Extensão da Unicamp. Única do gênero no País, a Escola de Extensão inspirou-se nos modelos das universidades estrangeiras que oferecem cursos de diferentes modalidades, de natureza técnica ou cultural, visando à reciclagem e ao aperfeiçoamento dos profissionais em geral.*

***Museu Ecológico** — A instalação do Museu Ecológico de História Natural do Instituto de Biologia da Universidade, num prédio próprio de 600m2, reflete a preocupação da instituição em interagir com o ensino de 1º e 2º graus, assim como de criar suas próprias coleções científicas. O Museu, que fornece material a professores de ciências das escolas secundárias e realiza cursos de reciclagem na área, é também peça fundamental para as aulas práticas do ensino de graduação e pós-graduação do instituto. As espécies coletadas e expostas no Museu oferecem ao estudante e ao pesquisador informações completas sobre sua origem, habitat natural e processo de interação com a natureza.*

***UAP** — A Universidade Aberta ao Público (UAP), evento que se realiza há uma década, é o momento em que a instituição abre suas portas aos estudantes e ao público em geral para que possam conhecer de perto a produção da Unicamp. Nos últimos anos, a UAP dinamizou ainda mais suas atividades. Os 15 mil visitantes registrados em 1986 foram ampliados para 100 mil em 1989. Estudantes de todo o Brasil e até mesmo de países vizinhos têm visitado a Unicamp durante a UAP. Estatísticas dos vestibulandos ingressantes na Universidade demonstram que 25% dos calouros já conheciam a instituição através do evento.* **(G.C.)**